



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 508- DE 11 A 25 DE OUTUBRO DE 2015 - R\$ 3,00

Governo do PT acuado pelo TCU, TSE, Polícia Federal, STF, Congresso Nacional

**Defender a independência de classe dos oprimidos,
as reivindicações que levam à luta de classes
e à estratégia do governo operário e camponês
(ditadura do proletariado)!**



**Barbárie
norte-americana
no Afeganistão.
Fora a intervenção
imperialista**



**48 anos da morte
de Che Guevara**

**A crítica ao foquismo
é necessária para a
estruturação do
partido revolucionário**



**Fora a Rússia
e a coalizão
imperialista da Síria
Pela autodeterminação
da nação oprimida**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Democracia burguesa apodrecida

Com a condenação das contas do governo de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o PSDB e seus aliados da oposição, agora, têm o motivo jurídico de que precisavam para limpar o manto do golpismo que cobriu o movimento pela derrubada de Dilma. Tudo está sendo feito de acordo com a Constituição e com as regras da democracia, afirmam os promotores e defensores da interrupção do mandato da presidente. Para eles, o julgamento do TCU tão somente confirmou o que já se sabia. Basta ver que o pedido de impeachment assinado pelos juristas Hélio Bicudo (ex-PT) e Miguel Reale Júnior (PSDB), entregue à Câmara dos Deputados, parte de uma sentença antecipada.

Confirmada formalmente a culpabilidade de Dilma Rousseff, a batalha se dará no Congresso Nacional. Ao governo, é reservada uma margem de manobra. Terá de recompor sua base aliada completamente esfarrapada e parte dela em franca rebelião pró-impeachment. Esse foi o sentido da reforma ministerial que deu enorme poder ao PMDB.

Ocorre que o PSDB não apenas mantém a iniciativa política como a potenciou. Afastada a névoa do golpismo – daqui para frente impera a decisão do TCU –, o movimento pela cassação de Dilma se fortalecerá. É sintomático que a OAB imediatamente formou uma comissão para avaliar se é o caso de também de meter sua colher no angu. Os partidários do impeachment esperam que o partido de Marina da Silva, Rede Sustentabilidade, se some ao impeachment.

Não há a partir de agora motivo para temer uma medida arbitrária contra o mandato de Dilma, que poderia parecer golpismo. Qualquer somatória de forças que não se identificam com a oposição direitista liderada pelo PSDB dará ares de correção democrática. Ainda se aguarda a decisão do TSE sobre a violação da lei eleitoral na campanha do PT. Mas tudo indica que o caminho pelo qual percorrerá a tropa golpista é o que acaba de ser pavimentado pelo TCU. Não há interesse da oposição de cassar conjuntamente o mandato da presidente e de seu vice, Michel Temer, do PMDB.

A grande vitória esperada é a de que o Congresso Nacional ponha Dilma e o PT para fora do Planalto. Contavam para isso com o isolamento da presidente no seio do Estado, o descrédito de sua administração diante da burguesia e a desmoralização aos olhos da população. Um obstáculo difícil de transpor era o da justificativa legal, que o TCU acaba de dar em um espetáculo invulgar. Os lobos já não estão sob cordas curtas. Aécio pôde brindar a vitória política no TCU, com ar de autoridade absoluta – isto é, por cima das divergências internas ao seu partido e como chefe do movimento oposicionista – e se pronunciou com a certeza de que o impeachment está próximo.

O PT ficou letárgico. E a primeira reunião ministerial de Dilma não teve como responder ao principal problema: como evitar a queda do governo. As respostas de Jacques Wagner, da Casa Civil, tiveram o tom de derrotados. Considera que o que passou no TCU é “página virada”, ou seja, Dilma não deve contar com a via judicial, depois do parecer do ministro Luiz Fux em favor do relator Augusto Nardes, acusado pelo governo de antecipar seu voto pela rejeição das contas.

A importância do julgamento público das contas governamentais está justamente em vestir o movimento pró-impeachment com a casaca da democracia constitucional e execrar o governo petista como um bando de irresponsáveis, que pôs em risco a Lei de Res-

pensabilidade Fiscal e o próprio Estado de Direito. Esteve mais do que claro, durante o processo, que Nardes agiu como um ministro a serviço do PSDB. Sentiu-se livre para se pronunciar fora dos autos, como manda o regulamento, porque estava diante de um governo em pedaços e acossado pela grande imprensa. Mas a retórica jurídica de Luiz Fux em favor de Nardes não apaga os rastros do magistrado em direção à estratégia da oposição.

O julgamento de Dilma foi antecipado. O circo montado no dia 7 apenas cumpriu o rito formal. A imprensa vangloriou o fato de o julgamento e a condenação das contas do governo ser a primeira desde 1937. O certo é que expressa um complô no interior do Estado. Desde o julgamento do “mensalão”, as forças oposicionistas ao PT confluem para expulsar os petistas da máquina do Estado.

Os petistas e seus governos estão ou não metidos no lodaçal da corrupção política? Sem dúvida que sim! Mas o PSDB, DEM, PMDB, etc. estão ou não metidos no mesmo lodaçal da corrupção? Sem dúvida que sim! Concretamente, Aécio Neves tem ou não seu histórico político lameado pela corrupção? Ocorre que as instituições do Estado, entre elas o TCU, não estão voltadas a tratar a corrupção com a mesma vara de medição. A Operação Lava Jato centrou sua investigação em uma meta: mostrar que o PT montou uma quadrilha para extorquir as estatais e formar caixa eleitoral. Mas o PSDB, PMDB, DEM, etc. comem nas mesmas mãos que alimentaram o PT. O caso do “mensalão” foi exemplar, quem o montou foi o PSDB de Minas Gerais. O “mensalão mineiro” passou incólume, apesar de as evidências serem públicas. Em São Paulo, a corrupção nas licitações das obras de metrô e trem foi reconhecida pela Siemens e Alstom. Os crápulas do PSDB, envolvidos até o pescoço, saíram impunes e com ares de inocentes injustiçados. Cerca de 50 parlamentares estão envolvidos no caso da Petrobrás, entre eles figurões do PSDB. Os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados estão imputados pela Lava Jato. O caso de Eduardo Campos apodrece ao ar livre.

Como pode, então, o TCU julgar as contas de Dilma, como se fosse um caso particular que põe em risco o Estado de Direito? Como pode o TCU aprovar as contas de governos anteriores que usaram as mesmas manobras contábeis que se denominaram “pedaladas fiscais” e agora condenar a gestão de Dilma? Que tribunal é esse que não condenou as “pedaladas” anteriores e que agora justifica a condenação de Dilma pelo volume das transações?

A acirrada luta interburguesa no interior do Estado tem servido para expor a decomposição da democracia burguesa. O PT que se submeteu à podridão da política cumpre prematuramente seu ciclo histórico. Os explorados não têm como defender seu governo, que os ataca abertamente. Impeachment ou continuidade não modificará o fundamental da situação: a burguesia e seu Estado descarregam a crise sobre as costas da maioria oprimida. É desprezível o argumento de que ruim com Dilma, pior com Aécio. É abominável a posição das Centrais que apóiam o governo e fazem de conta que estão contra sua política antinacional e antipopular.

A luta da vanguarda, em uma situação de grave crise de direção revolucionária, é a de esclarecer a situação para os explorados, alertar para as armadilhas da disputa interburguesa, demonstrar a podridão da política burguesa, denunciar o golpismo, defender as reivindicações próprias dos oprimidos, organizar os movimentos e trabalhar pela independência de classe do proletariado.

Reforma política

O PMDB decide

Governo e oposição sabem que o PMDB é o fiel da balança. E o PMDB aproveita, ao mesmo tempo, para se aproximar da oposição e para exigir mais poderes no governo. Os adversários Dilma e Aécio se batem em torno da continuidade do mandato e da imposição do impeachment. O vice-presidente, Michel Temer, desembaraçadamente, ora se afasta do governo, ora se aproxima. A guilhotina armada pelo PSDB e consortes ora fica mais ameaçadora, ora menos. O pescoço da mandatária e a guilhotina da oposição estiveram e estão sob a dependência das mãos do PMDB. Salvador e carrasco, o PMDB manobra sem precisar de manobra com maestria tática.

O PT e o PSDB estabeleceram tal polarização no campo da política burguesa e no seio do Estado que os peemedebistas – agrupados em torno de chefes oligárquicos ou semi-oligárquicos – podem, de um lado, animar a oposição a interromper o mandato de Dilma, e, de outro, a contemplar com o governo. Esse tipo de manobra e de conspiração palaciana se desenvolve pelo alto e à margem da população.

O aspecto político que mais se destaca é a dependência do PT e de seu governo ao PMDB. Em sua trajetória, o petismo se armou de uma ampla aliança com partidos da burguesia, à esquerda e à direita. O PCdoB é o único que não tem origem na burguesia – suas raízes se encontram no estalinismo. Os artífices do petismo preconizavam a “democratização do Estado” e o “fim do poder oligárquico”. No entanto, seu adversário eleitoral não foi o PMDB e o antigo PFL (DEM), mas o PSDB, considerado socialdemocrata moderno e reformador. Ao PMDB, não foi problema se aliar ao PSDB e depois ao PT.

Ocorre que a “aliança” pela governabilidade se transformou em grilhão para o PT. A crise econômica e política deram um extraordinário poder a esse aliado, que, sob o governo de Lula, permaneceu em potencial. De uma posição de aliado a de uma espécie de “Bonaparte”, o PMDB passou a ditar as condições de existência do governo e a dar rédeas à oposição. Primeiro, obrigou Dilma a dar poderes ao vice-presidente Michel Temer, fato desconhecido na história republicana. Agora, impôs uma reforma ministerial de acordo com seus interesses gerais e particulares (representação de frações oligárquicas e gangsteris).

Os sete ministérios entregues ao PMDB permitem que controle a maior fatia do Orçamento. O PT teve de ceder espaço, reduzindo o número de pastas e de controle orçamentário. Esse foi o resultado da negociata. Lula interveio decididamente em favor da “entrega do anel para não perder os dedos”. A intervenção do caudilho se deu sob a bandeira de que era melhor entregar ministérios do que todo o governo. Os petistas esperam reorganizar as forças de um governo moribundo. Mas há dúvidas quanto à possibilidade deste aliado vital reerguer o mandato de Dilma. O cerco golpista conseguiu montar um círculo de ferro. Depende apenas de a oposição aumentar o apoio da burguesia ou neutralizar a fração que ainda não se perfilou por detrás do impeachment. Diante das massas, a desmoralização do governo é grande.

O segundo mandato de Dilma está diante de uma severa recessão e de consequentes desequilíbrios dos fatores econô-

mico-financeiros. Demissões em massa, alta vertiginosa da taxa de desemprego e alta do custo de vida dão o conteúdo social à crise. A salvação de seu governo está em implantar o “ajuste fiscal”, que tudo indica está apenas começando com um primeiro pacote de medidas. O que significa: a sobrevida do governo petista depende de sua capacidade de impor sacrifício incalculável à maioria oprimida.

Há um acordo geral da burguesia em torno da avaliação de que é inevitável um “ajuste fiscal”. Mas não há unanimidade quanto a medidas que afetam interesses particulares de setores do capital. De forma que as divisões interburguesas golpeiam a governabilidade. Esse é o grande obstáculo que a nova composição ministerial terá de vencer.

A eliminação ou redução de subsídios vem causando conflitos entre os capitalistas, mas um dos pontos mais controversos é o retorno do imposto do cheque (CPMF). É sabido que as massas acabam pagando pelos impostos. Ocorre que a CPMF permite ao governo controlar a sonegação. Essa é uma prática generalizada. A burguesia não admite um controle tão rígido. A FIESP lançou uma campanha nacional contra mais impostos. Há uma intensa movimentação no seio da classe capitalista. Essa sabe perfeitamente que a desintegração econômica será ainda maior.

De seu lado, a classe operária vem sendo atacada com as demissões e rebaixamento salarial. Os explorados em geral pagam caro pela crise, mas se acham desorganizados e contidos pela política dos aparatos sindicais e direções adaptadas ao capitalismo. Greves e manifestações são mantidas isoladas e não se voltam contra o governo burguês de Dilma. A CUT e aliados sentem dificuldade em convencer os explorados que de fato estão contra o ajuste fiscal, que defendem os direitos trabalhistas e que lutam contra os retrocessos. Soa falsa a crítica ao governo, quando estão empenhados em apoiá-lo em nome da democracia.

Por enquanto a luta de classes não se despontou como motor da crise política. No momento em que os explorados se unem em torno de reivindicações comuns, a situação mudará substancialmente. Está aí por que setores da burguesia receiam que com o agravamento da crise econômica e política o proletariado se projete nacionalmente e modifique o ânimo dos camponeses contidos pela política colaboracionista da direção do MST.

É necessário que a vanguarda compreenda os impasses do governo petista no âmbito da luta de classes. O governo está em posição de ataque a velhas conquistas e orienta a política econômica no sentido da defesa do capital financeiro. O PMDB e o PSDB têm absoluta clareza de que esta é a contradição do governo e por isso Dilma está em suas mãos.

A reforma ministerial objetiva firmar o governo diante da oposição com a condução da política antinacional, anti-operária e antipopular. A oposição e uma fração do PMDB que não segue o comando do partido se guiam por outros cálculos. Estão imbuídos da avaliação de que Dilma já não tem como governar e, portanto, chegou a hora do impeachment.

A reestruturação do governo se apresenta como uma ten-

tativa de Dilma de tomar a iniciativa política e inibir as forças que trabalham nas instituições do Estado para derrubá-la (TCU, TSE, a PF, o STF, o Congresso Nacional). Está mais do que claro que o ministro Augusto Nader, do TCU, passou a ser um pontal do PSDB. E que a decisão do TSE de investigar a acusação de crime eleitoral segue as pressões no ministro Gilmar Mendes, aliado do PSDB.

O clima de conspiração e de ofensiva golpista chegou a um ponto que se tratava de “perder ministérios para não perder a presidência da República”. A questão é saber se a camarilha do PMDB será capaz de disciplinar sua bancada. A comprovação de que Eduardo Cunha tem contas secretas na Suíça ampliará as disputas na Câmara Federal. Seu desfecho é de grande importância para o reequilíbrio de forças no Congresso. Tanto o governo como a oposição (PSDB/DEM) tratam o escandaloso caso do presidente da Câmara Federal com “panos quentes”. Mas tudo indica que o envio de documentos do Banco suíço comprovando as contas secretas de Cunha se converterá em mais um episódio da crise, do qual oposição e governo procurarão ficar o mais distante possível.

O jogo político que se prolonga no Congresso Nacional - de acordo com a vontade de um delegado a PF de Curitiba, com as hienas da grande imprensa e com as manobras no interior do judiciário - retrata a incapacidade da burguesia de ter edificado uma sólida democracia após duas décadas de ditadura militar.

O golpismo institucional foi testado com Fernando Collor de Melo e deu certo. A burguesia e a pequena burguesia chegaram a uma extraordinária unidade. A classe operária, sem

Rio Grande do Norte

Declaração do POR

Reunião do espaço unidade de ação em Mossoró

Estamos de acordo que, nesse momento, onde o governo federal (PT/PMDB/PCdoB) ataca os trabalhadores em seus direitos para realizar o “ajuste fiscal”, ou seja, descarregar a crise capitalista sobre a classe explorada, precisamos de um instrumento de luta que unifique os assalariados em luta e/ou que os organize para a luta. A necessidade de formação “de um bloco de classe para a mobilização”, “um bloco de independência de classe”, “uma frente única para lutar” é “urgente e necessária” (Resolução do Encontro Nacional de 19 de setembro).

Estamos de acordo que, se o governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB) deve ser derrubado, que seja “pela ação independente do movimento de massas”, que no nosso caso significa a luta pelo poder político, a Revolução Proletária. Nesse sentido, rejeitamos qualquer saída pela via eleitoral ou a construção de um movimento que tenha como objetivo erguer uma alternativa, um terceiro campo, eleitoral.

Estamos de acordo que “(...) as direções da CUT, CTB e Força Sindical, dentre as demais centrais, já passaram da hora de romper com o apoio que tem dado ao governo ou à oposição burguesa. Sua obrigação é a de se colocar ao lado de suas bases (...). As bases das organizações sindicais majoritárias devem se

política própria, foi contaminada e seguiu a CUT e o PT, hoje acudados pelo mesmo mecanismo autoritário – o impeachment. Descobriram, tardiamente, de que esse mecanismo que parece democrático serve ao golpismo.

O princípio democrático de que quem elegeu deve destituir os eleitos esteve fora das discussões e das decisões do congresso constituinte de 1988 (não houve uma Assembleia Constituinte), que consagrou a democratização do País conservando aspectos do regime ditatorial e acrescentando aspecto da democracia formal. Mas a decomposição da democracia não se deve ao mecanismo do impeachment em si. Deve-se à impossibilidade dos partidos burgueses – o PT passou a ser um deles – de encarnarem a democracia parlamentar em toda sua extensão e dos poderes da República de funcionarem sem os condicionamentos ditados pela velha e nova oligarquia capitalista. Está aí por que a crise não se circunscreve a um governo que caiu em desgraça diante de poderosos setores da burguesia, mas ao regime político. Trata-se da bancarrota do regime político montado pós-ditadura militar.

Essa experiência deve servir para a vanguarda se colocar pela formação do partido revolucionário, em cuja base programática esteja a democracia proletária. É nesse sentido que o POR tem se colocado na firme posição de evitar que os explorados sejam arrastados pela disputa interburguesa, que não se configura como disputa entre ditadura militar e democracia burguesa. Erguemos a bandeira da independência de classe dos oprimidos, as reivindicações que levam à luta de classes e à estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

insurgir contra a política de pacto social de suas direções e exigir que se coloquem ao lado dos trabalhadores (...). Devemos exigir que tais entidades somem-se a nós na defesa e organização de uma Greve Geral que coloque abaixo o ajuste. Mas não deixaremos de denunciar a sua negativa em assumir essa tarefa, bem como o papel cumprido pelas burocracias sindicais na implementação do PPE e outros ataques aos trabalhadores (...). As nossas mobilizações não podem servir, em hipótese alguma, para encobrir a responsabilidade do atual governo pela situação por que passa (...)” a população trabalhadora. Entendemos assim que chamamos essas entidades sindicais ou sindicatos a elas filiados a construir a luta conosco, mas mantemos nossas críticas ao seu apoio a política antitrabalhador do governo. Caso se neguem a organizar a luta, a denunciaremos entre suas bases e convocamos os trabalhadores a se organizarem conosco para realizarmos a luta. Não apoiamos o impeachment nem tão pouco as manifestações que “blindam o governo”.

Estamos de acordo que a aplicação do “ajuste fiscal” pelo governo pode permitir o rompimento com suas bases de trabalhadores. As centrais ou sindicatos que insistirem em continuar o apoio ao governo, negando-se a organizar a luta, poderão

ter uma ruptura com suas bases. Esse instrumento de luta que estamos a construir poderá se constituir como catalisador da insatisfação dos trabalhadores e dessa maneira forjar na luta novas direções para o movimento dos explorados.

Por tudo isso propomos:

1. Organizar uma plenária com as direções sindicais e suas bases que se encontram em greve ou não, com objetivo de organizar a luta em conjunto na cidade, preparar o ato do dia 23 de outubro e a discussão de um encontro municipal para retirar uma pauta de reivindicações unificada;

2. Formar comitês de ação para organizar a luta nos bairros, nos locais de trabalho, etc. Os comitês de ação não devem ser criados para participar de uma plenária ou encontro municipal, mas para organizar a luta. Organizando a luta, devem participar da plenária e do encontro municipal para unir-se com as outras categorias de trabalhadores;
3. Defender a derrubada da burguesia do poder político, a conquista do poder político pelos trabalhadores, a destruição do capitalismo. Construir o socialismo. Para o POR significa a defesa da Revolução Proletária, o governo operário e camponês.

Aprofunda-se a crise econômica e a ameaça aos empregos, salários e direitos

Os últimos dados da economia brasileira indicam o aprofundamento das tendências recessivas, combinadas com alta inflacionária. As mais recentes previsões sobre o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são de retrocesso de 3% em 2015 (o que pesa no PIB do continente, que tem previsão de queda de 1,5%). O setor industrial de ponta no país, a indústria automobilística, teve um retrocesso de 42% em um ano, tendo caído 19,5% só no mês de setembro, pior resultado dos últimos 12 anos. Há mais de 40 mil metalúrgicos das montadoras afastados do trabalho pelos mecanismos do lay-off, PPE, etc. Só neste ano, mais de 10 mil já foram demitidos (14 mil nos últimos 12 meses). Os mecanismos de flexibilização capitalista do trabalho apontam para a demissão dessas dezenas de milhares. O receio do desemprego também é o mais alto desde 1999, tendo aumentado 41,5% de dezembro a setembro.

A inflação bateu nos 9,45% anuais. A alta do dólar e o reajuste dos preços da gasolina pressionam esse índice para cima. Essa média oculta o grande confisco salarial que se realiza sobre os assalariados, pois os preços dos gêneros de primeira necessidade sobem bem mais que isso, rebaixando o poder de compra dos salários. O endividamento popular passou dos limites, hoje os assalariados retiram dinheiro da poupança para pagarem as contas e manterem as compras de primeira necessidade. A retirada de dinheiro da poupança atingiu 54 bilhões no ano (5,3 bilhões só em setembro), pior resultado desde 1995.

O dólar chegou a atingir R\$ 4,20, mas recuou 7% em uma semana. O motivo são as más notícias sobre a economia norte-americana, que não tem apresentado bons resultados de crescimento, e assim dificulta ao Banco Central de lá aumentar os juros. A rentabilidade menor sobre o investimento leva os dólares para os demais países, como o Brasil, e assim seu preço cai circunstancialmente. Dizemos circunstancialmente porque há uma tendência geral de queda do valor das moedas dos países semicoloniais diante da desvalorização das matérias-primas. O dólar mais caro pressiona os preços internos para cima, induzindo mais inflação, mas não tem servido a um aumento das exportações, que ficam com preços mais atraentes, por conta da queda geral do comércio mundial.

Queda do valor das matérias-primas e das ações nas bolsas de valores

Há tempos que as matérias-primas (especialmente o petróleo) passaram a ser a maior fatia dos investimentos das bolsas de valores em todo o mundo. A grande desvalorização das

principais matérias-primas no comércio mundial se converte em tendência de queda nas bolsas de valores, e acabam arrastando os outros setores de investimento para baixo.

Esse fenômeno reflete as tendências gerais de desintegração do capitalismo, apontadas nas teses leninistas do imperialismo como fase superior e última do capitalismo. Os países capitalistas desenvolvidos, imperialistas, são exportadores de capital e importadores de matérias-primas. Os países semicoloniais são importadores de capital e exportadores de matérias-primas. Nos anos 1980, evidenciou-se que havia uma gigantesca quantidade de capital acumulado sem aplicabilidade na produção. Estabeleceu-se como política geral o chamado neoliberalismo, que na prática era a entrega das fontes de riquezas naturais dos países atrasados ao capital financeiro internacional, abertura de mercados, privatizações, cortes de direitos sociais em benefício do parasitismo das dívidas, etc. A grande massa de capital acumulado foi direcionada para o chamado investimento nos mercados dos países atrasados, ou seja, para aumentar o domínio imperialista sobre os principais ramos econômicos das economias dos países semicoloniais. Esse processo repercutiu em grande parte no aumento do peso do investimento acionário na produção e comércio das chamadas commodities, vinculadas aos preços das matérias-primas. Assim, o aumento dos preços das matérias-primas da década passada permitiu altos ganhos dos investidores estrangeiros por meio aos investimentos nos papéis das commodities. Esses altos ganhos pressionaram os valores das ações dos demais setores para cima. O resultado geral foi uma alta especulativa, que se despedaçou a partir do estouro da crise em 2008 nos EUA e Europa.

A tendência atual é a inversa: a queda dos preços das matérias-primas pressiona as bolsas e os valores das ações em geral para baixo. A bolsa de valores de São Paulo retrocedeu ao patamar de 2008. E tende a cair ainda mais. Essa pressão retroalimenta as tendências recessivas: a falta de compradores faz cair os preços dos insumos, e essa queda dos preços pressiona pela queda geral de valores, afetando o comércio em geral.

A crise capitalista tende a destruir forças produtivas massivamente, o que significa quebra de indústrias, queda na produção de matérias-primas, desvalorização da terra e da propriedade em geral e destruição da força de trabalho. A saída capitalista para a crise é a proteção do capital visando à sua reconcentração e de mercados, e redução violenta do preço da força de trabalho, que se faz por meio do desemprego, arrocho

salarial e destruição de direitos (salários indiretos).

A saída da classe operária

São as tendências internas do próprio capitalismo que levam às crises de superprodução. Não existe nenhuma possibilidade de superação dessas crises de forma progressiva para a humanidade. A cada crise, ocorre a destruição massiva de forças produtivas, a perda de muitas vidas e aumento geral da miséria e concentração de renda.

O fim dessas crises depende da superação do capitalismo anárquico pelo planejamento socialista da produção, que só pode acontecer por meio da coletivização dos meios de produção social. Apesar do desenvolvimento e concentração das forças produtivas indicar que isto é possível e necessário, o proletariado não se encontra organizado e com a consciência coletiva de classe ao nível dessa tarefa. Não conta com seu partido mundial da revolução socialista, e está submetido a direções conciliadoras ou abertamente traidoras.

Mas esse mesmo proletariado tem de defender-se da vio-

lência dos ataques dos capitalistas e seus governos sobre seus empregos, salários e direitos. Ao se defender por meio da força da mobilização coletiva e independente, dá passos no sentido de se elevar e à sua organização à tarefa da revolução socialista.

A defesa das reivindicações que permitem organizar a maioria nacional oprimida ao seu redor e em oposição aos capitalistas e seus governos cumpre essa dupla função. É por isso que cabe defender neste momento de concentração dos ataques dos governos e patrões aos empregos, salários e direitos as bandeiras do Programa de Transição, que liga essas necessidades mais sentidas à luta pelo socialismo.

Não será por uma saída eleitoral que os oprimidos se defenderão das consequências nefastas da atual crise econômica. A experiência da eleição do Syriza na Grécia provou isso, quando ele assumiu um programa de ataques às massas e ao país.

É preciso por em pé uma frente única de luta pelas reivindicações, que expresse a oposição revolucionária ao governo Dilma, sob a estratégia do governo operário e camponês.

Combater a política da burocracia sindical vendida e defender as reivindicações que unificam os explorados

O Brasil entrou em recessão econômica. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu, as exportações estão em baixa, o dólar está nas alturas, os juros são violentos, a dívida pública atingiu o patamar superior a 3,5 trilhões de reais e a inflação oficial passou a 9,56%, sendo que, para as famílias com renda até dois salários mínimos, chegou a 10,4%. O plano de Dilma/Levy e dos capitalistas é de ajuste fiscal. Trata-se de um conjunto de medidas, que golpeia a maioria explorada. Entre elas: novas regras que dificultam o seguro-desemprego e as pensões por morte, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) que permite a redução de salário em até 30% e as privatizações. Exigem que o Congresso Nacional aprove a volta da CPMF (aumento de impostos), a Lei da terceirização (contratos mais precários de trabalho) e mudanças na Previdência (critérios mais duros para se alcançar a aposentadoria). O objetivo do governo é obter recursos para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Em pouco mais de nove meses, eis as consequências: maior desemprego, eliminação de direitos trabalhistas, elevação do custo de vida, menos recursos à saúde, educação e moradia.

Despedaçada e sem luta coletiva, morre a campanha salarial metalúrgica

A enorme divisão do movimento sindical tem contribuído para a fragmentação da campanha salarial. Cada sindicato, cada setor metalúrgico, cada ramo de produção e cada região anuncia sua campanha salarial. Uma campanha que poderia ser o carro chefe, a dos metalúrgicos, foi dividida em grupos (autopeças, estamparia, laminação, refrigeração, etc.). Não nos referimos ao sindicato metalúrgico de São Paulo, controlado pela Força Sindical, porque não há sequer sombra de campanha.

O sindicato do ABC, diante das negativas das empresas, colocou-se por uma greve, sobre a base do acordo dos grupos

2 e 8, que prevê o parcelamento do reajuste (7,88% a partir de 1º de setembro e 2% em fevereiro). Assim, a burocracia armou uma assembleia que a “autorizou” a assinar os demais acordos nesses moldes. Mas existe uma parcela de empresários que se recusa a aceitar o acordo. Por isso, utiliza a greve parcial como forma de pressão.

A campanha salarial, que envolvia 200 mil metalúrgicos, se resumiu em uma greve por fábrica. A paralisação não tem objetivo de defender as reivindicações e direitos coletivos. Ao contrário, se resume à aceitação de um reajuste aquém da inflação, parcelado e sem nenhuma garantia dos empregos. A aceitação do acordo rebaixado, enfraqueceu ainda mais a campanha salarial. Isoladamente, as fábricas que se colocaram em greve não terão força para modificar as propostas do patronato. A burocracia sindical joga com os palavreados de campanha, de greve, etc., mas aceita a miséria para a classe operária.

Há muito os burocratas sindicais não organizam os metalúrgicos para enfrentar os patrões. Não realizam assembleias gerais para aprovar a pauta única de reivindicações e não apresentam os índices de perdas salariais. A campanha salarial se limita às negociações entre a cúpula do sindicato e as empresas. Quem se aproveita dessa situação é a classe capitalista, que se vê livre para impor reajustes parcelados. Agora, utiliza a crise econômica para rejeitar a reposição integral da inflação, para avançar na flexibilização capitalista do trabalho (PPE, lay-off, banco de horas) e para aterrorizar com as demissões.

A burocracia sindical serve ao patronato porque a classe operária se encontra desorganizada politicamente. Os sindicatos são controlados pelas burocracias, que, por sua vez, exercem o poder absoluto sobre as assembleias. Romper essa camisa de força é uma tarefa fundamental para potencializar a luta e

constituir a fração revolucionária nas fábricas.

Burocracias da CUT e da Força Sindical foram pedir ao corrupto Eduardo Cunha que mantenha o PPE

Os burocratas sindicais endossaram a MP 680, que criou o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A partir daí, não fazem outra coisa senão referendar os acordos com as montadoras para a redução da jornada e dos salários. A Medida Provisória, porém, depende agora da aprovação do Congresso para ser transformada em Lei. O Congresso Nacional aproveitou para incluir na MP 680 uma velha investida dos capitalistas contra os trabalhadores, que é a de prevalecer as negociações sobre a legislação (CLT). O relator da Comissão Mista da MP, deputado Daniel Vilela/ PMDB, que em tese faz parte da base aliada do governo Dilma, concordou com a inclusão da emenda que destrói a CLT. Assim, a burocracia sindical recorreu ao corrupto presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, que acalmou os dirigentes dizendo que foi inapropriada a inclusão.

Veja a que ponto chegaram os traidores da classe operária. Correm atrás dos deputados para angariar votos em favor da redução dos salários da classe operária. Querem que os operários aceitem a reforma trabalhista patronal Usam o falso argumento de que o PPE é um instrumento de preservação dos empregos em tempos de crise.

A classe operária está à margem das manobras que vêm sendo impostas pela burocracia sindical. Uma parcela se encontra comprometida com as direções dos sindicatos e acaba sendo porta-voz da política burguesa no interior das fábricas. A despolitização é muito grande, o que favorece a ofensiva da burocracia na implantação de medidas antioperárias.

GM e Mitsubishi : mais um golpe à classe operária

A montadora General Motors, de São Caetano do Sul/ABC, anunciou o fechamento de um turno da fábrica. Assim, 1.600 metalúrgicos enfrentarão o lay-off. O sindicato, que é vinculado à Força Sindical, segue a mesma política da burocracia cutista. Disse que foi pego de surpresa, porque estava negociando um lay-off para 650 trabalhadores. Mas reiterou: “trata-se de uma medida extremada, dura, mas é a mais factível para evitar a demissão, já que por conta da crise econômica com queda na pro-

12º Concut:

Um Congresso morto

Pela primeira vez na história da Central, a burocracia apresentou a chapa única antes do congresso. O 12º Concut iniciará dia 13 de outubro e duas semanas antes a chapa de consenso já está aprovada. Se no passado, a burocracia usava o momento do congresso unicamente para fazer os conchavos para garantir a eleição da direção da CUT, agora nem isso. Os delegados servirão apenas para homologar a chapa da burocracia.

A corrente O Trabalho, que se posa de trotskista, renovou seu cargo na direção nacional. O dirigente dessa corrente, Júlio Turra, aproveitou para dizer: “A unidade se forja quando a gente enfrenta nossos inimigos de peito aberto e não fica discutindo picuinhas entre nós”. A composição da direção e a eleição da direção é para Turra uma “picuinha”. O presidente da CUT, Wagner Freitas, completou: “não vamos mais viver aquela maldição de os principais dirigentes ficarem trancados numa salinha para definir a

dução e vendas de veículos a empresa pretendia demitir 650 trabalhadores”. As montadoras contam com esses traidores para ir à flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PPE, etc.)

A Mitsubishi, em Goiás, demitiu 400 metalúrgicos e deu férias coletivas para 1.500. Como a GM, a montadora alega queda nas vendas.

As multinacionais não têm receio em pôr na rua centenas de operários, porque sabem que os sindicatos não farão mais do que alguns protestos inócuos. A ausência de um movimento nacional contra as demissões impossibilita que o descontentamento e as resistências por fábrica tenham força para quebrar a ofensiva dos capitalistas contra a força de trabalho.

Responder às demissões e ao rebaixamento salarial

As empresas, boa parte multinacionais, já há algum tempo, vêm cortando gastos por meio da redução da mão-de-obra e do rebaixamento salarial pela via da rotatividade. Dados dos empregos formais indicam que, nos últimos 12 meses (julho de 2014 a julho de 2015), foram fechados 778 mil postos de trabalho. Na indústria, 427 mil e na construção civil, 355 mil. Se se levar em conta os empregos informais, esses números se multiplicam.

Tornou-se comum demitir um trabalhador com mais tempo de serviço (salário um pouco maior do que a média) para contratar outro com salário menor. Assim, a rotatividade é enorme e permite que o patronato rebaixe os pisos salariais. Os acordos que previam aumentos reais de salários, fixados em anos anteriores, são letras-mortas. Ao imporem o PPE, as montadoras anularam os acordos existentes de aumento real de salário e mantiveram as demissões anteriores.

A tendência é de aprofundamento da crise econômica. Os capitalistas se protegem descarregando sobre a força de trabalho. Não há outro caminho para os trabalhadores a não ser a luta coletiva. Trata-se de exigir dos sindicatos a convocação de verdadeiras assembleias gerais, de todos os trabalhadores, e que haja completa liberdade dos presentes defenderem suas propostas. Trata-se de exigir das centrais sindicais a constituição de uma frente única de luta em defesa dos empregos e dos salários. A vanguarda está obrigada a travar uma dura batalha contra a burocracia sindical que serve de correia de transmissão da política da burguesia e de seus governos.

chapa”. Ficar trancado numa salinha e submeter a picuinhas resume bem a que ponto chegou a burocracia traidora da CUT.

De fato, a eleição da direção no Congresso passou a ser uma picuinha. Isso por que já não há democracia a sindical, a oposição foi destruída e os congressos não passam de convívio dos burocratas. Um congresso operário que expressa a luta de classes certamente tem a formação de sua direção e a eleição como um ponto alto. A antiga direção é avaliada pela sua fidelidade ao programa proletário, por sua capacidade de organização do movimento sindical e pela honestidade. Pode ser mantida, modificada ou afastada. A seleção dos melhores dirigentes garante que a central seja um instrumento do proletariado em seu combate ao capitalismo. Está aí por que, nestas condições, prevalece a democracia operária. A central se fortalece perante os trabalhadores com o direito de divergência e de

expressão organizada da oposição.

É a democracia sindical que permite a correção da linha política desenvolvida pela direção, o combate às tendências burocráticas que surgem inevitavelmente no seio dos sindicatos e a solidificação de uma direção revolucionária. Não sendo assim, as relações burocráticas se impõem. É o que ocorre com a CUT, que chega ao seu congresso com uma chapa já eleita.

Não nos surpreende que Júlio Turra, da pretensa IV Internacional do revisionista Pierre Lambert, compartilhe da posição de que o congresso da CUT não deve se ater a “picuinhas”, como a de eleger sua direção sobre a base de posições político-programáticas. Lamentavelmente, esse “trotskista”

se acomodou na burocracia da CUT e transformou-se em um assessor dos burocratas para assuntos políticos. O seu partido O Trabalho apodreceu no PT, de maneira que é parte de todo o processo de colaboração de classes que se montou nesses 12 anos de governo do PT.

A luta da vanguarda se concentra em reconquistar as organizações operárias para a luta de classes. O desenvolvimento da crise deu os primeiros golpes na burocracia colaboracionista. Não temos dúvida de que as necessidades dos explorados e suas tendências instintivas de luta se chocarão abertamente contra as direções traidoras e abrirão caminho para a constituição de uma direção proletária, revolucionária.

Greve nas Federais

Diante do indicativo de saída unificada da greve pelo CNG/Andes-SN, que fazer?

1. Não faltam motivos para a greve docente

A greve nacional docente foi deflagrada no dia 28 de maio de 2015. A greve não foi uma simples reivindicação de melhores condições salariais, reestruturação da carreira e de condições de trabalho e estudo. Foi (e é) uma das maiores greves da história do movimento docente das Instituições Federais de Ensino (IFE) em defesa do “caráter público da universidade” e da “autonomia universitária”. Trata-se essencialmente da defesa da educação pública diante do avanço incontestado da privatização por dentro e o fortalecimento do ensino privado, somado à desnacionalização crescente do ensino no País, via penetração do capital financeiro internacional. Nas universidades públicas, um profundo processo de desagregação da infraestrutura física e das condições de trabalho e estudo (REUNI); no Ensino Superior Privado, compra de bolsa (PROUNI; fies), subvenções e perdão de dívidas dos monopólios educacionais.

O contexto geral anterior e durante a greve é de avanço da crise mundial do capitalismo, que atinge a economia brasileira profundamente, no qual o Estado e os governos federal de Dilma Rousseff (PT, aliado ao oligarca PMDB) e estaduais desfecham profundos ataques aos direitos dos trabalhadores e demais explorados: 1) aprovação das MPs 664 e 665, encaminhadas pelo governo; 2) aprovação pela Câmara do PL 4330/04 (atual PLC 30/15); 3) PPE – intitulado Programa de Proteção ao Emprego, na verdade programa de proteção dos lucros dos capitalistas, permitindo a redução da jornada de trabalho e redução dos salários e utilização das verbas do FAT em socorro dos empresários; 4) “Agenda Brasil”: conjunto de medidas de ataques aos explorados, como a generalização da terceirização, privatizações, ações contra reservas e comunidades indígenas, venda de bens públicos etc.; 5) Ajuste Fiscal: corte de verbas do orçamento da educação da ordem de 10,7bi e mais inúmeras medidas que implicam em suspensão de concursos, adiamento de reajuste de servidores, eliminação de abono de permanência, entre outras.

Não há qualquer dúvida sobre a justeza da deflagração da greve nesse cenário de aprofundamento da crise, desmonte dos serviços públicos e destruição de direitos. Também não podemos ter dúvidas de que os motivos que levaram à greve continuam vigentes e se aprofundam.

2. A necessidade de unificação das lutas e a intransigência do Governo Dilma (PT)

A greve docente não ocorreu isoladamente. Diversas categorias dos servidores públicos federais e estaduais decretaram greve no período. Pela dimensão dos ataques dos governos, estava colocada a necessidade da unificação das diversas greves em curso e a construção de uma greve geral para derrubar as medidas anti-populares. Foi importante a tentativa de unificação dos servidores federais por meio do Fórum dos SPFs na organização de atos e manifestações locais e nacionais (Brasília), entretanto, esta iniciativa não foi plenamente concretizada, em razão das pressões do governo, que procurou dividir o movimento e negociar em separado, e pela política das direções sindicais, a maior parte dirigidos pelo PT e PCdoB, partidos da base governista, cuja política é corporativista e de blindagem do governo Dilma (PT).

A estratégia montada pelo MPOG/MEC deu certo: está liquidando a greve pela tática das “mesas de negociação (enrolação)” e pelo cansaço. Mesmo diante das perdas salariais claramente demonstradas ao longo dos anos, do aumento da inflação, da corrosão salarial, da desestruturação das carreiras e das péssimas condições de trabalho das categorias, o governo propôs um mísero acordo dividido em duas parcelas de 5,5% (agosto de 2016) e 5% (janeiro de 2017). Não houve qualquer abertura do governo e dos seus agentes (MPOG/MEC) no sentido de analisar as reivindicações apresentadas. As categorias e, principalmente, os docentes foram tratados com indiferença e desprezo. Diante disso, estava colocada a necessidade de radicalização do movimento com ações diretas (manifestações, atos, bloqueios de ruas e avenidas, ocupação das reitorias, MEC e Ministérios, piquetes). Mas por que não ocorreu? Por que prevaleceram apenas ações nos marcos da institucionalidade inclusive o recurso à pressão parlamentar?

3. Os ataques aos servidores, aos docentes e demais explorados exigem uma resposta à altura: a ação direta (atos, manifestações, bloqueios, ocupações, piquetes)

O ANDES-SN é o único sindicato docente nacional legitimado pela categoria dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFES). Foi construído na luta e a partir da necessidade da defesa coletiva da categoria e da luta conjunta com os demais trabalha-

dores para avançar o movimento social. O PROIFES – Federação é uma entidade biônica, criado pelo governo e pelo governismo para minar o ANDES-SN e acorrentar o movimento docente ao Estado e ao governo de plantão. Por isso, devemos combater intransigentemente essa burocracia do PROIFES, onde estejamos, e defender o movimento docente nacional. Sabemos que a direção do PROIFES orquestra um acordo com o governo, que, como o de 2012, resultará em perdas e derrota para a categoria. Por isso, o movimento docente nacional e nos Estados devem ficar atentos para os movimentos dessa burocracia governista.

Se nosso objetivo é arrancar as nossas reivindicações, defender a educação pública, combater a privatização e avançar na luta de classes não podemos ter qualquer ilusão que limitados à pressão institucional e parlamentar, sem por em prática os métodos da ação direta (bloqueios, manifestações, piquetes, ocupações) teremos o êxito que pretendemos. A Corrente Proletária na Educação (CPE) tem defendido um programa de defesa clara da educação e das Universidades Públicas e de combate aberto e sem tréguas ao ensino privado e à mercantilização da educação. Por isso, defende um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham. Por isso, defendemos a todo o momento a necessidade de uma greve ativa, com os docentes nas ruas, unificados com as demais categorias de servidores públicos, manifestações massificadas, a realização de piquetes nos centros e faculdades, a ocupação da sede do MPOG/MEC, atos nas reitorias, além das atividades unificadas com os demais servidores técnico-administrativos e estudantes das universidades em greve.

Era preciso que a direção do ANDES-SN e o Comando Nacional de Greve (CNG) apontassem claramente nessa direção. Certamente, a greve teria sido muito forte, o governo sentiria a potência da força coletiva da categoria, em unidade com as demais categorias em greve, e teria recuado na sua intransigência. De um modo geral, prevaleceu o método da negociação e da luta passiva. Os protestos mais radicalizados foram protagonizados pelos estudantes nos atos em Brasília e foram reprimidos, como ocorreu no dia 5/10 no MEC. Foi muito importante a iniciativa de ocupação do gabinete do Ministro da Educação no MEC. As ações diretas deveriam ser parte de toda a greve, pois fortalecem a confiança da base e demonstram a sua força coletiva.

Rondônia

Trabalhadores dos transportes coletivos de Porto Velho deflagram greve por reivindicações

Os trabalhadores dos transportes coletivos de Porto Velho deflagraram greve no dia 05 de outubro. Nenhum ônibus saiu das garagens. O principal problema que enfrentam esses trabalhadores é a iminência do desemprego, já que, desde o início do ano, as empresas perderam o contrato do serviço com a prefeitura.

A prefeitura e os donos das empresas brigam na justiça enquanto o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo do Estado de Rondônia (Sintetuperon) procura conter a revolta dos empregados que amargam com os salários defasados e a sobrecarga de trabalho. Nesse ano, diversas vezes os trabalhadores do transporte se levantaram em movimento por

4. Que fazer diante do indicativo de saída unificada pelo CNG/ANDES?

Diante da saída de algumas universidades da greve nacional, da impossibilidade crescente de qualquer acordo com o governo que reponha as perdas salariais e da longevidade da greve, começou a ser criado um clima de fim de greve. No caso da UFBA, desde final de setembro, tirou-se um indicativa ao CNG de saída unificada. O CNG/ANDES-SN tomou os seguintes encaminhamentos no Comunicado 44, de 03/10/05: “1) Realizar rodada de assembleias gerais entre 6 a 8 de outubro para avaliar e se posicionar sobre a saída unificada da greve nacional dos docentes federais. Em caso de decisão favorável, indicar a data de saída unificada da greve considerando o período de 13 a 16 de outubro”; 2) “que as AG avaliem e se posicionem sobre a proposta adotada pelo governo”; 3) “intensificar a pressão junto aos deputados e senadores, nos estados e no Congresso Nacional, pela rejeição da PEC 395/14”. No Comunicado 45, de 9/10, observa que a maioria das assembleias confirmaram o indicativo de saída de greve. Propõe: “1) Saída unificada da greve nacional dos docentes federais no período de 13 a 16 de outubro; 2) Realizar atos e manifestações nas IFE, no dia 15 de outubro, em defesa da educação”.

Diante do fato consumado do fim da greve nacional docente, já indicado pelo CNG/ANDES-SN é preciso armar a categoria docente com um plano de lutas aprovado nas assembleias, que possibilite a mobilização permanente e o fortalecimento da luta docente em defesa das suas reivindicações e da educação pública, em unidade com os técnico-administrativos e estudantes. As mobilizações, manifestações e atos pós-greve devem se amparar nos métodos da luta de classes (ação direta). É preciso fazer uma avaliação sobre as causas da greve não ter arrancado as reivindicações do governo, que se manteve intransigente todo o período. É preciso também deixar claro que a política da direção do ANDES-SN de apostar nas mesas de negociação, sem armar a categoria de um programa proletário e dos métodos da luta de classes debilita a luta diante dos ataques do governo. Da parte da CPE implica a defesa do programa proletário (portanto, revolucionário) para a educação, sob a base dos métodos da luta de classes (ação direta) e da constituição de uma fração revolucionária capaz de empunhar nas bases docentes uma luta tenaz pela recuperação dos sindicatos para luta, combatendo a burocratização e o governismo das atuais direções ligadas ao PROIFES-Federação.

suas reivindicações de salário e defesa dos empregos, mas o sindicato, em todas as ocasiões, fez acordos com os patrões e com o prefeito, bloqueando o movimento.

Em julho, os trabalhadores paralisaram as atividades, reivindicando 19% de reajuste salarial e aumento nos vales alimentação e refeição. As reivindicações deveriam ter sido negociadas na data-base do dissídio coletivo, até 30 de junho, mas, em função do processo de troca das companhias de ônibus, o Tribunal Regional do Trabalho solicitou o adiamento da greve e das negociações por 60 dias enquanto alguma empresa vencesse a licitação para o serviço. O sindicato em vez de exigir a estatização das empresas

e o retorno do serviço público sob o controle dos trabalhadores, acatou a decisão. No que resultou objetivamente no descumprimento do prazo dos 60 dias. A colaboração com o patronato e com a justiça leva sempre à traição dos acordos.

Como em julho, agora em outubro, a prefeitura, diante da greve orquestrada tanto pelas antigas empresas quanto pelo sindicato, libera a utilização de todo tipo de transporte alternativo.

O que querem as empresas? Manter seus lucros. O que quer o sindicato? Preservar seu aparato e seu rico imposto sindical, colaborando com quem o garantir. O que quer o prefeito? Desresponsabilizar-se por esse serviço público e se beneficiar com a ajuda das empresas nas campanhas eleitorais. O que querem os trabalhadores? O seu emprego e a recomposição salarial. Obviamente, esses interesses antagônicos não podem se conciliar. Os

Alckmin põe em prática os cortes de recursos à educação: “reorganização” da rede e arrocho salarial

O governador Geraldo Alckmin/PSDB há muito tempo vem atacando os trabalhadores da educação (arrochando os salários, eliminando conquistas, ampliando a precarização do trabalho, aumentando a municipalização e criando a terceirização nos serviços escolares) com objetivo de reduzir a responsabilidade do Estado com a manutenção da educação pública. Agora, se apoia na orientação do governo Dilma/Levy de redução de recursos à educação para ir mais fundo em sua política de desfazer parte das escolas e demitir em massa.

Alckmin esperou o fim de uma combativa greve, que durou 92 dias, para reafirmar o Decreto que oficializou o não reajuste salarial ao funcionalismo (motivo da greve) e anunciar o plano de “reorganização da rede escolar”. As direções sindicais do funcionalismo e, em particular dos setores da educação, que se colocaram contra a unidade grevista com a Apeoesp, iludidos com a promessa de correção salarial em julho, receberam um NÃO do governador. Essa foi uma boa lição para as direções da Afuse, Udemo e outras, que trabalharam contra a greve, esperando recompensa de Alckmin. Ao contrário, demonstrou o quanto foi correta a luta grevista dos professores e o quanto foi nefasta a posição dessas direções no combate à política do governo.

O Plano de reorganização da rede escolar é parte da política de cortes de recursos à educação. A criação de escolas de um “só ciclo” visa ao fechamento de escolas, demissão dos professores contratados (categoria “O”), subemprego, precarização das condições de trabalho e aumento da exploração do trabalho. A justificativa de Alckmin de que a divisão das escolas permite melhoria da qualidade da educação é a velha cantilena de governos que na realidade sucateiam o ensino público.

A “reorganização” é cópia do plano de Covas/Rose Neubauer, aplicado em 1995. A experiência ainda permanece viva no seio do professorado, porque fechou centenas de escolas, municipalizou parte significativa do ensino fundamental, superlotou salas de aula, ampliou as terceirizações (merenda, cozinha, limpeza, inspetores, etc.), colocou uma parcela de

trabalhadores precisam desenvolver uma política independente dos patrões, da prefeitura e da direção pelega do sindicato.

Apenas a defesa da estatização do transporte sob controle dos trabalhadores e da população é que permite garantir os empregos e impedir o arrocho salarial. Os trabalhadores devem projetar sua luta para a população, mostrando que os interesses dos empresários e da prefeitura são opostos ao serviço público e aos direitos dos trabalhadores. Devem defender a greve por tempo indeterminado e organizar, através das assembleias, uma direção do movimento que se oponha aos acordos traidores e que não se submeta à justiça burguesa. É com a ação direta, com as passeatas, com os bloqueios de avenidas e com as assembleias com a população que se poderá começar a resolver o problema do transporte coletivo em Porto Velho.

professores na condição de adidos (salários reduzidos), desempregou 20 mil e descolocou milhares de alunos para escolas distantes (o que fez crescer a evasão escolar). E o argumento da “qualidade de ensino” foi por terra diante dos péssimos resultados, obtidos nas avaliações institucionais. Essa é a prova de que a chamada reorganização não diz respeito à melhoria de aprendizagem. Mas, sim, à política geral dos governantes de corte de recursos à educação.

Novamente, as direções sindicais comparecem divididas. A Udemo (diretores de escolas) e o Centro do Professorado Paulista (que congrega a maioria dos professores do fundamental I) estão calados. A Afuse (funcionários das escolas) se nega a realizar uma assembleia conjunta com a Apeoesp. As diretorias de ensino anunciaram as escolas que serão fechadas e as que se transformarão em um só ciclo. O que fez provocou manifestações de alunos, professores e funcionários, em várias cidades do interior e nas regiões da capital. Diante dos protestos, o governador recorreu aos meios de comunicação para justificar a “reestruturação”. Diz que houve queda do número de alunos e que há escolas ociosas, que serão usadas para creches, etc. Um exemplo: fechou-se uma escola que funcionava os três turnos para abrigar a diretoria de ensino Norte 1. Há uma estimativa de fechamento de 1500 escolas no estado, o que significa 60 mil demissões. Por sua vez, o silêncio do prefeito da capital, Fernando Haddad/PT, com a brutal medida de Alckmin, só vem a confirmar a incapacidade do PT e dos governos de defender uma reivindicação democrática, que a educação gratuita.

O plano de Alckmin contra a educação tem de ser derrubado pelas manifestações massivas. A luta não pode se resumir às escolas que serão afetadas em 2016. O governo aposta na divisão entre as escolas que serão fechadas e as que permanecerão. É preciso entender que o plano vai além de 2016 e atingirá todos os trabalhadores da educação, bem como os pais e estudantes. O caminho para barrar a reestruturação da rede implicará a unidade e a paralisação das escolas. Para isso, é preciso que as direções sindicais rompam com a política dos governos, seja do PSDB, seja do PT.

Debate sobre o fechamento das escolas no campo

No dia 3 de outubro, foi realizado o sexto encontro de articulação para a criação do Comitê Paraibano em defesa da educação pública. O tema em debate foi “O fechamento das escolas no campo”. Mais do que falar do recente ataque à educação no campo, com 37 mil escolas fechadas nos últimos dez anos, foi apresentado o projeto de educação do MST, as contradições do movimento na passagem de um momento mais reivindicatório para outro em que passaram a formular e a gerir políticas públicas. Os desafios colocados ao movimento sob os governos do PT, com o envolvimento cada vez maior em espaços tutelados pelo Estado, considerado pelo militante como uma armadilha. Entretanto, sua posição não é predominante no movimento. Ainda na explanação do representante do MST, a crise da educação no campo foi relacionada com a crise da educação em geral e com o projeto dos organismos imperialistas, seguido pelos governos do PT. O favorecimento ao agronegócio também impacta a educação, com o estímulo ao abandono do campo e com o ensino técnico, promovido pelo Pronacampo e Pronatec campo.

Na Paraíba, não há escolas de ensino médio nos assentamentos. Pouquíssimas de segunda fase do ensino fundamental e um número maior da primeira fase do ensino fundamental. Sob o nome de “nucleação”, o governo Ricardo Coutinho (PSB) vem fechando escolas. Até 2014 foram fechadas 171 escolas, 163 foram paralisadas e 10 foram extintas. Uma das formas de fechamento veio acompanhada da municipalização. O estado passou a responsabilidade para as prefeituras, que preferem oferecer o transporte escolar.

O POR ressaltou o quanto o fechamento das escolas expressa um movimento geral de destruição de forças produtivas, sendo este um dos aspectos da decomposição do capitalismo. O enfrentamento a este processo é parte da conquista da independência de classe, já que as experiências com o PT no governo federal e com Ricardo Coutinho, na Paraíba, mostram os limites do reformismo. Ressaltou que o avanço da privatização condiciona o ritmo da precarização da educação pública, seja

no campo ou na cidade. Defendeu que os movimentos se coloquem contra o ensino privado, com a defesa de sua estatização, sem indenização. Não é suficiente a defesa de verbas públicas para educação pública. Com o avanço do capital sobre os direitos sociais, o conjunto da burguesia está unido para impor a flexibilização capitalista, buscando com isso arrefecer, temporariamente, a crise econômica em curso.

Entre os dias 21 a 25/9, o MST organizou o 2º Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera). Discutiram os problemas nacionais da educação no campo, a ofensiva do capital sobre a educação e o acirramento da luta de classes no país. O marxismo foi utilizado para diagnosticar o avanço da crise econômica, o poder das multinacionais e a consequente perda da soberania nacional. Contudo, a defesa do governo burguês de Dilma Rousseff se choca com tal avaliação. Sabemos que para avançar e resistir aos ataques, o movimento terá de superar sua real política reformista e romper com o governo.

O MST da Paraíba está sob fogo cerrado. As reintegrações de posse e os despejos estão ocorrendo em todo estado. Os acampamentos camponeses estão na mira de juizes e policiais, a mando dos fazendeiros, empresários e políticos da burguesia. Terras não são liberadas. As vistorias nas áreas passíveis de desapropriação estão paralisadas. Esses ataques são parte da ofensiva geral da burguesia e de seu Estado contra os explorados.

O movimento tem reagido. No final de agosto, o MST bloqueou cinco rodovias federais e uma rodovia estadual, em vários trechos do estado. A forma histórica de luta dos explorados, isto é, o método da ação direta, deve ser aprofundado para resistir aos despejos e ser também a resposta na luta contra o fechamento das escolas. É chegada a hora do MST romper com as diretrizes reformistas e assumir claramente um programa de expropriação dos latifúndios, nacionalização das terras, controle pelos comitês agrários e luta por um governo operário e camponês.

Municipais-SP

Burocracia impõe eleições online para o Conselho Geral

A direção do sindicato dos trabalhadores da educação municipal de São Paulo (SINPEEM) anunciou que fará as próximas eleições para o Conselho Geral pela internet. Os associados terão de fazer um cadastro online para ter acesso à votação. A justificativa apresentada pela diretoria é de que o governo não concedeu o abono de ponto reivindicado pela entidade. Logo, isso prejudicaria o quórum da eleição, o que colocaria em xeque a sua legitimidade.

Trata-se, contudo, de um ataque extremamente grave contra o princípio da democracia operária. A arbitrariedade começou com o método de decidir pelas costas dos trabalhadores. Nenhuma instância foi consultada. A corrente Compromisso e

Luta (PPS/PT/PCdoB), que dirige o sindicato tendo o vereador Cláudio Fonseca à frente, tentou revestir a medida com ares de decisão imperativa, supostamente condicionada à truculência do governo.

Mas, a pele de cordeiro só engana os incautos. A votação online é um atentado à democracia sindical. Substitui a escolha democrática e consciente por uma encuesta virtual. Privilegia o dito “ativista digital”, em detrimento do verdadeiro militante, que constrói o movimento real, do chão de escola até as lutas gerais dos oprimidos. Pior ainda, potencia a fraude, que já vinha sendo denunciada por setores oposicionistas.

Pelos informes obtidos até o momento, a votação se dará

através do site da entidade, administrado pela burocracia. Se com urnas fixas, a burocracia fraudava as eleições, imagine com a eleição digital. Basta que lembremos da última eleição (2012), a corrente majoritária, Compromisso e Luta, foi derrotada, mas deu um golpe, aumentando de última hora o número de membros do Conselho para incluir seus candidatos. Obviamente, Fonseca não quer acumular outra derrota.

A maioria das correntes da Unidade da Oposição (PSOL, PSTU e outras), lamentavelmente, se curvaram diante da imposição da burocracia. Na reunião realizada no dia 8/10, rejeitaram a proposta da Corrente Proletária na Educação de realizar uma plenária aberta para tomar uma posição de conjunto. Tomaram a decisão antes de fazer uma ampla campanha em defesa da democracia sindical. Recusaram reunir a vanguarda que impulsiona a luta contra a burocratização do sindicato.

Carta Aberta à Oposição do Sinpeem e aos trabalhadores da educação

Recebemos o informe sobre as eleições do Conselho do Sinpeem. Trata-se de um profundo ataque à democracia sindical. A eleição online por região e a absurda justificativa de que os trabalhadores da educação não têm interesse na eleição do Conselho devem ser rechaçados com toda contundência pelos setores que compõem a Oposição. A eleição online é um passo para pôr fim ao Conselho, como instância de deliberação. A dispensa do ponto para eleição sindical era uma conquista, que foi retirada pelos governos. A nossa tarefa é denunciar e exigir que o prefeito Haddad restabeleça esse direito que pertence à classe. A burocracia do Sinpeem há muito vem restringindo a democracia sindical, seja nas eleições sindicais, nos congressos e nas assembleias. Aproveita a despolitização de uma camada de trabalhadores para ampliar o controle sobre o aparato sindical. A nossa tarefa é defender incansavelmente as eleições democráticas.

Nesse sentido, a Corrente Proletária propõe:

1. A realização de uma plenária dos setores oposicionistas, para discutir e aprovar as ações em defesa das eleições li-

Usaram os argumentos de tempo, de feriados, dos prazos e outros da mesma natureza. Participar de uma eleição online sem fazer uma luta contra ela, é um grave erro. Permite que os trabalhadores de base sejam convencidos pelos burocratas do sindicato de que é a eleição online é a melhor forma quando não se tem o abono de ponto.

A Corrente Proletária na Educação divulgou uma carta aberta (nota abaixo), defendendo a convocação de uma plenária dos setores de oposição para discutir as eleições fraudulentas (online) e aprovar coletivamente a participação ou não das eleições ao Conselho. Apesar de ser rejeitada pelos representantes das correntes presentes na reunião do dia 8, a Corrente Proletária dará continuidade nas escolas, bem como no Congresso do sindicato, à campanha de denúncia das eleições online. E chama a vanguarda para derrubar mais essa fraude montada pela burocracia do Sinpeem.

vres e democráticas. E rechaçar a manobra da burocracia de eleição online. Para isso, é fundamental o empenho de todas as correntes para que haja uma ampla convocação. Não podemos nos apegar aos feriados e ao negativismo de que não é possível reunir a parcela da classe que vem combatendo a burocracia.

2. A reunião do dia 8 deve servir para organizar a plenária. Isso por que será de representação das correntes. O objetivo nosso é denunciar os métodos da burocracia e potencializar a Oposição, defendendo a democracia operária (sindical).
3. É fundamental que a Oposição compareça nas escolas, denunciando o mecanismo eleitoral burocrático. Para isso, é fundamental a aprovação de uma carta aberta aos trabalhadores da educação, que serve de denúncia do método burocrático, de defesa da democracia e para convocar a plenária. Sem fazer uma luta contra a posição burocrática, a Oposição se diluirá nos trâmites da eleição online.

3º Encontro Contra a Repressão Rio - São Paulo

No dia 3 de outubro, aconteceu o 3º encontro Rio - São Paulo contra a repressão, na Cinelândia, Rio de Janeiro. Foi feito o informe das atividades das campanhas movidas pela frente em relação à defesa dos processados da Copa do Mundo e sobre a Lei Antiterrorismo (PL 2016/2015). A reunião também contou com um balanço positivo dos encontros anteriores, por parte de cariocas e paulistas, de como têm servido para orientar e reorganizar as lutas localmente nas duas cidades. Os companheiros do Rio deram o informe do ato do dia 15 de outubro que relembra a data de extrema repressão onde foram 280 pessoas detidas, com 78 enviadas para presídios, e quando aconteceu a violenta desocupação da Câmara, com vários feridos.

A pauta da reunião foi a Lei Antiterrorismo. Foi aprovado um debate na UERJ para o dia 29 de outubro. A UERJ

passa por intensa repressão ao movimento estudantil e de professores, num momento em que se tenta constituir uma frente de luta com o movimento do morro da Mangueira. Foi discutida a necessidade de transformar o encontro Rio - São Paulo numa frente muito mais ampla para combater a repressão do Estado burguês, defendendo as reivindicações dos reprimidos e as bandeiras gerais de salário, emprego e direitos. Foi dado mais um passo na caracterização do PL 2016/2015 como um mecanismo de repressão aos movimentos sociais e sindicais e de submissão do Brasil semicolonial aos ditames do capital financeiro imperialista. Reproduzimos aqui o manifesto aprovado no encontro. O quarto encontro acontecerá no dia 7 de novembro, às 16h, na Praça Roosevelt, em São Paulo.

Manifesto contra a Lei Antiterrorismo

O Projeto de Lei (PL) 2016/2015, conhecido como Lei Antiterrorista, atende às pressões do imperialismo, principalmente dos EUA e expressa os acordos firmados com o GAFI (Grupo de Ação Financeira). Estabelece uma legislação e métodos de repressão a todas as ações individuais ou coletivas taxadas de “terroristas”. Inevitavelmente, será aplicada contra as manifestações de trabalhadores e da juventude.

Chama atenção o fato de ser assinado conjuntamente pelos ministros da Justiça (Cardoso) e da Fazenda (Levy). Tudo indica que a aprovação da Lei Antiterrorismo pelo Brasil se tornou uma condição para acordos de refinanciamento da dívida pública.

O próprio texto dos ministros afirma que “o Brasil deve estar atento aos fatos ocorridos no exterior, em que pese nunca ter sofrido nenhum ato em seu território”. Ou seja, que a medida expressa não uma questão interna ao país. Atende tão-somente às exigências das potências que intervêm militarmente nos países conflagrados do Oriente Médio e África. Basta se analisar com cuidado os acontecimentos mundiais para se concluir que as organizações e movimentos que se utilizam do método terrorista expressam o choque entre as nações oprimidas e o imperialismo.

O mesmo texto revela o objetivo da medida: voltar-se contra o “perigo a pessoa, o patrimônio, a incolumidade pública ou a paz pública ou coagindo autoridades a fazer ou deixar de fazer algo” (grifos nossos). Com essa lei, o Estado estará mais amparado para desfechar a repressão mais aguda contra as greves e manifestações. A Lei aumenta a punição para atos que afetem “o controle, ainda que de modo temporário, dos meios de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas” e outros. Isso inclui as greves de professores, ferroviários, motoristas, metroviários e funcionários de saúde, e as ações de bloqueios de ruas e avenidas usadas por vários movimentos.

A lei antiterrorista se insere em meio à legislação relativa a “Organizações Criminosas” (Lei 12.850/2013). Isto serve para

facilitar “uma aplicação imediata de instrumentos de investigações previstas ali, como a colaboração premiada, agente infiltrado, ação controlada e acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações”. Ou seja, institucionalizam-se as ações policiais clandestinas e o controle sobre as organizações de esquerda e seus vínculos com as manifestações.

O governo e seus apoiadores afirmam que a lei tem um parágrafo que exclui os movimentos sociais de sua abrangência. Mas esse mesmo parágrafo submete os movimentos à legislação antigreve e antimovimento e ao juiz que decidirá se o caráter das ações é “por propósitos sociais ou reivindicatórios” ou “terrorista”.

A lei ainda permite punir quem estiver fazendo campanha por cooptação de simpatizantes, comprando ou vendendo publicações de organizações taxadas de “terroristas”.

A lei antiterrorismo é na verdade uma lei de maior repressão sobre os movimentos e suas organizações políticas, instituída por exigência do imperialismo.

Rechaçamos essa lei como antidemocrática e como instrumento do Estado policial. Chamamos todos os movimentos, correntes, partidos e organizações que se reivindicam dos trabalhadores a lutar contra sua aprovação e implantação. Não à Lei Antiterrorista! Pelo direito democrático de organização, manifestação e expressão. Contra essa lei pró-imperialista, ampliemos a luta pelo fim de toda legislação antigreve e antimobilização, pelo fim de todos os processos, prisões de ativistas, perseguições políticas e de todas as multas contra sindicatos. Operários, camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores de classe média, homens, mulheres, LGBT’s, movimento negro e juventude oprimida das favelas e periferias, não permitam que a burguesia e seus representantes continuem a nos impor sua ditadura de classe exploradora! Abaixo o PL 2016, arma do imperialismo e da burguesia brasileira contra os explorados!

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2015

3º Encontro Contra a Repressão Rio – S. Paulo

Massacre aos indígenas conta com cumplicidade do governo Dilma (PT, PMDB, PCdoB)

De 15 a 18 de setembro, aconteceu a Assembleia Geral do Cimi (Conselho Indígena Missionário) em que foram denunciadas a ofensiva jurídica, policial e paramilitar contra os povos originários. No Mato Grosso do Sul, as milícias de fazendeiros e jagunços já promoveram mais de dez ataques aos Guarani Kaiowá, assassinando o jovem líder Semião Vilhalva, de 24 anos, em 29 de agosto. Outros foram feridos gravemente por armas de fogo, balas de borracha e espancamento. Houve torturas e o estupro coletivo de uma Guarani Kaiowá. O ataque foi feito por mais de 40 veículos repletos de homens armados e protegidos por coletes à prova de bala. O planejamento do crime contou com a presença da presidente do Sindicato Rural do município Antônio João, Roseli Maria Ruiz, os deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Tereza Cristina (PSB), e o senador Waldemir Moka (PMDB). Enquanto 23 milhões de bois ocupam 23 milhões de hectares, 45 mil indígenas ocupam 30 mil hectares do que restou de suas terras

tradicionais. Uma liderança dos Guarani Kaiowá esteve presente na marcha dos trabalhadores e trabalhadoras, em 18 de setembro, e denunciou mais um ataque. Afirmou que já teve 15 familiares assassinados pelas milícias.

Os dados do CIMI retratam a continuidade do genocídio indígena. Em 2003, foram assassinatos; em 2004, 37; 2005, 43; 2006, 58; 2007, 92; 2008, 2009, 2010, média de 60 a ano; em 2011, 51; 2012, 60; 2013, 53, em 2014, o mais sangrento, foram 138. Assim, de 2003 a 2014, sob os governos de Lula e Dilma, foram 754 indígenas assassinados, com a omissão do governo federal. Dos mortos, mais da metade (390) tombou no Mato Grosso do Sul. O número dobra quando responsabilizamos o Estado brasileiro e a perseguição e tortura dos latifundiários pelos suicídios. Só em 2014, 135 indígenas tiraram a própria vida, o maior número em 29 anos. A mortalidade infantil expressa o abandono e miséria: foram 785 mortes de crianças de 0 a 5 anos, em 2014; e 693, em 2013. Entre os Xavantes,

no Mato Grosso, a cada mil crianças, 141,64 morrem. Quase nove vezes maior que a média nacional.

São vários os projetos de lei por parte do poder legislativo para desfazer direitos assegurados na Constituição. O mais grave deles é a PEC 215, que transfere ao Congresso o poder de demarcar ou rever processos de terras indígenas. Tira da lei o direito ao usufruto exclusivo de suas terras e abre para intervenção militar, malha viária, alternativas energéticas, mineração, dentre outras atividades consideradas de interesse público ou nacional. Segundo o projeto, as comunidades ou órgãos tutelares competentes não devem nem mesmo ser consultados. O mais hipócrita é o projeto contra o infanticídio, aprovado pela Câmara em 26 de agosto, que se propõe a defender as crianças das tradições indígenas. Passa a ideia de povos bárbaros, quando a barbárie real está sendo cometida pelos Estado, latifundiários e madeireiros. A PEC 71/2011, aprovada pelo Senado no início de setembro, prevê a indenização a fazendeiros que estejam em terras indígenas.

Na agenda Brasil, apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), há três medidas de ataque direto aos indígenas e ao meio ambiente: 1) revisão da legislação de licenciamento de investimentos em áreas naturais protegidas para incentivar “investimentos produtivos”; 2) revisão dos marcos jurídicos que regulam áreas indígenas; 3) acelerar os licenciamentos ambientais para as obras do PAC e programas de concessão.

O STF tem expedido liminares que impedem a homologação das terras indígenas. Apoia-se na tese do “marco temporal” estabelecendo que os direitos dos povos se iniciam ou se encerram com a promulgação da Constituição. Assim, os que foram expulsos de sua terra não mais teriam direito a ela. Passam a ser culpados pela ação do Estado, que permitiu a retirada de comunidades e protegeu a ocupação indevida. Até as demarcações já consolidadas têm sido revistas, com base nesta interpretação. A presidência da República também determinou que a Funai e o Ministério da Justiça interrompessem as demarcações de terras, defendendo os exploradores das terras indígenas. O Decreto 7.957, de 2013, tornou legal a ação das Forças Armadas no combate aos povos e comunidades que resistirem a empreendimentos em seus territórios. A Força de Segurança Nacional, criada por Lula, tem sido amplamente utilizada na repressão aos indígenas e ribeirinhos atingidos pelas obras do PAC.

O Conselho Indigenista Missionário, vinculado à CNBB, tem realizado campanhas nacionais e internacionais de denúncia às violações de direito. Apoiam-se nas falas demagógicas do papa sobre os malefícios da ganância e propagam a ideologia dos estados plurinacionais, amparados na defesa da Mãe Terra e do bem viver. Os Munduruku têm exigido a autodemarcação e autodeterminação.

A defesa da vida dos indígenas é a defesa da imediata entrega de suas terras. O Estado brasileiro tem em suas bases o sangue indígena, não garante e não garantirá a entrega das terras. A autodemarcação das terras e a autodefesa são respostas importantes. É necessário constituir os Tribunais Populares para punir os crimes da burguesia. Para punir os mandantes e executores dos assassinatos, torturas e estupro de indígenas.

O programa do proletariado para a questão indígena é a defesa da autodeterminação das nacionalidades, inclusive com o direito de se separarem e se federarem ao Estado brasileiro. A luta pela entrega das terras às nacionalidades indígenas é parte do progra-

ma da revolução proletária no Brasil e América Latina.

Um partido apodrecido

Deputado do PCdoB chama indígenas de “veadinhos” enquanto madeireiros e latifundiários os massacram

O áudio de uma audiência pública com produtores rurais, no dia 4 de julho, vazou na internet e revelou a fala do deputado estadual Fernando Furtado, do PCdoB-MA. É mais uma confirmação de que o PCdoB é um partido apodrecido. A sua direção repudiou a ignomínia de seu parlamentar, mas não o expulsou. Pura hipocrisia!

Eis seu conteúdo: “Lá em Brasília, o Arnaldo [Lacerda, presidente da Associação dos Produtores Rurais de São João do Caru] viu os índios tudo de camiseta, tudo arrumadinho, com flechinha, tudo um bando de veadinhos (...) Então é desse jeito que tá, índio já consegue ser veado, boiola, e não consegue trabalhar para produzir”. Além de usar a homossexualidade como xingamento, o parlamentar ainda acrescentou “índio diz que não sabe plantar arroz, então morre de fome, desgraça, é a melhor coisa que tem, porque não sabe nem trabalhar”. Reproduz a cantilena reacionária de que índio é vagabundo.

Fica explícito o alinhamento do parlamentar com os fazendeiros o que é coerente com a atuação do PCdoB na aprovação do novo Código Florestal, em que Aldo Rabelo foi relator e defendeu a redução de áreas de preservação permanente, fim de reserva legais, de acordo com o tamanho da propriedade, em benefício do agronegócio e a anistia aos desmatadores.

O PCdoB do Maranhão divulgou uma nota de repúdio em que afirma que além dos índios e homossexuais, a fala do deputado ofendeu a história e programa do PCdoB “sempre à frente das lutas pela garantia da igualdade e dos Direitos Humanos”. Nada mais fácil. O estalinismo, desde sua origem, com Stalin, é marcado pela opressão nacional. São inúmeros os crimes que carrega com o extermínio de toda velha guarda bolchevique, incluindo Leon Trotsky. No Brasil, rapidamente subordinou-se ao nacionalismo e, junto com o PT concluiu de joelhos perante o imperialismo. Também junto com o PT tem agido abertamente como serviçal das oligarquias mais retrógradas, dos latifundiários e fazendeiros que têm organizado milícias para torturar e assassinar indígenas.

A fala de Fernando Furtado é de incentivo à ação criminosa dos latifundiários e madeireiros e resposta às iniciativas dos indígenas de passar a vigiar seus territórios (Alto Turiaçu, Awá Guajá e Caru) e garantir a autodemarcação, diante do descumprimento do governo federal da demarcação das terras indígenas, prevista na Constituição Federal. Doze dias depois desta audiência, o líder dos Ka'apor, Eusébio, foi assassinado, com o acobertamento da polícia. Os indígenas têm resistido e protestado, bloqueando rodovias, porém a perseguição é cotidiana, assim como o fluxo de caminhões carregados de madeira ilegal. Nos últimos quatro anos, quatro índios Ka'apor foram assassinados, 15 atentados foram feitos e é frequente a invasão de aldeias da parte dos jagunços.

As denúncias do Cimi são importantes para a defesa das nacionalidades índias, mas é necessário revelar as causas da opressão latifundiária e do Estado. Estas se encontram na impossibilidade do capitalismo de garantir autodeterminação dos povos. A revolução proletária, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, por fim à segregação da população indígena e lhe garantirá a terra e o território.

Defender a Aliança entre Camponeses e Operários através da luta contra os governos, os capitalistas da cidade e do campo e os latifundiários

O Partido Operário Revolucionário (POR) saúda o 1º Congresso do Movimento dos Pequenos Agricultores, cujo tema é “Plano Camponês, Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar”, que ocorre no berço do movimento operário brasileiro, em São Bernardo do Campo.

O congresso se realiza em um momento importantíssimo da luta de classes na cidade e no campo. Vivemos, na atual conjuntura, sob cerrado ataque dos governos e dos capitalistas, que buscam descarregar todo o peso da crise econômica sobre as costas das massas trabalhadoras, retirando direitos, cortando recursos e verbas para os programas e serviços sociais, atacando os salários e permitindo a destruição em massa dos empregos.

Para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o corte anunciado em maio determinou a diminuição de 50% de recursos para a Reforma Agrária. De 2010 para 2014, no governo Dilma, foram mais de 75% de diminuição no orçamento do INCRA: de 4 bilhões, em 2010, o valor passou a 1,39 bilhão. Seguindo essa mesma política de cortes, o governo fundiu o ministério de Desenvolvimento Agrário ao de Desenvolvimento Social. O corte de verbas do ministério de Desenvolvimento Agrário, previsto em maio, de 3,735 bilhões para 1,832 bilhões, ainda teve em julho um “ajuste” estimado em 15% a menos.

Sabemos, no entanto, que os cortes não atingem os camponeses apenas por meio de menos recursos para os pequenos agricultores e para os programas de reforma agrária. Os cortes de mais 70 bilhões em Saúde, Educação, Infraestrutura das Cidades, Transportes, Desenvolvimento Social, etc., pioram de conjunto a vida dos trabalhadores. O desemprego, a miséria e a fome aumentam enquanto a economia é estrangulada por uma política de ajuda aos grandes bancos e ao sistema financeiro internacional.

Lutar contra o ajuste fiscal e pela independência política

A política do governo chamada “ajuste fiscal” representa um ataque à vida das massas. Essa política é indefensável. Assim como é indefensável os governos que a aplicam. Os governos municipais e estaduais seguem a diretriz do governo federal. Todos os partidos estão unidos na aplicação do ajuste fiscal e na política de austeridade que destrói salários, empregos e condições de vida.

Nossa política deve ser a de completa e irrestrita independência política frente aos governos. Isso significa não apoiar nenhuma das frações em disputa no governo, nem PT, nem PSDB, nem nenhuma das frações que continuarão a cortar os orçamentos dos programas e serviços sociais em favorecimento dos grandes capitalistas, das multinacionais e do agronegócio. Significa também levantar nossas reivindicações elementares e defendê-las por meio da ação direta, dos bloqueios, atos, ocupações. A defesa do cancelamento dos cortes realizados nos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da

Pesca e Agricultura, assim como nos demais ministérios, cujos programas interessam aos camponeses e aos trabalhadores em geral deve ser a nossa bandeira. Exigir que os capitalistas arquem com a crise! Fim da sangria aos programas sociais!

Para que derrotar a política de ajuste fiscal e se reverter os cortes, é preciso uma clara defesa também do não pagamento da Dívida Pública, do fim do superávit primário e da política de sustentação do parasitismo e o fim de todos os subsídios e privilégios destinados aos latifundiários e à agroindústria, ou seja, à poderosa burguesia agrária. Que todo recurso do Estado e dos bancos públicos sejam destinados aos camponeses pobres e aos pequenos e médios agricultores, sob o controle de comitês agrários. Cancelamento de todas as dívidas impagáveis dos camponeses.

Apenas com um programa de defesa da vida dos camponeses, da classe operária e do conjunto das massas empobrecidas é possível avançar na luta contra os governos e contra os capitalistas nacionais e internacionais.

Construir a Aliança Operária e Camponesa

As forças contra as quais os pequenos agricultores lutam são descomuns. Trata-se do capital financeiro internacional que busca manter o país no atraso de suas forças produtivas. Para o Brasil atrasado e semicolonial, submetido à divisão internacional do trabalho, não interessa a Reforma Agrária, não interessa o desenvolvimento da pequena e média propriedade do campo, não interessa o fim da fome e da miséria. São reformas que a burguesia brasileira e internacional nunca quis e nunca colocará em marcha, independente do governo que estiver à frente do Estado.

Os governos do PT prometeram a reforma agrária e a proteção dos pobres do campo. Mas, desgraçadamente, o agronegócio avançou, a reforma agrária não ocorreu, os assentamentos estagnaram e o apoio aos pequenos agricultores retrocedeu. Hoje, os créditos oferecidos pelo governo federal aprisionam os agricultores às dívidas impagáveis pelo resto da vida.

Algumas direções chamaram a defender o governo do PT/PMDB no presente ano. Mas essa defesa vai na contramão de nossos interesses. Não devemos defender um governo que nos ataca, que retira nossos meios de sobrevivência, que aplica uma política que favorece ao grande capital. A independência política, ressaltamos novamente, é necessária à luta camponesa!

Ao mesmo tempo, para derrotarmos essa política, é preciso uma aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo e, particularmente, entre a classe operária, que produz as riquezas na cidade, e a classe camponesa, que produz as riquezas no campo. A aliança dessas duas classes é fundamental para a luta contra as políticas atuais e para avançar o combate ao regime capitalista, que só cria a fome, a miséria, o desemprego e a violência.

A defesa da aliança operária e camponesa não pode, contudo, ser apenas uma palavra de ordem. Deve se realizar por

meio das lutas conjuntas, por meio da defesa das reivindicações dos camponeses (terra, financiamento a baixo custo, condições de produção e de vendas, proteção previdenciária, saúde e escolas no campo, etc.) e reivindicações operárias (salários, empregos, direitos e serviços sociais, etc.). Mas, o mais importante para que os camponeses e a classe operária se unificuem em uma só força, é necessário que tenha como objetivo comum a luta pela constituição de um governo operário e camponês. Um governo dessa natureza não virá por meio de eleições, mas da organização independente, da luta direta de massa e, assim, pela revolução social. É claro que nesse momento estamos apenas dando um passo em nossa organização independente e aprovação de um programa de lutas. Esse passo será mais sólido se entendermos que a classe operária e os camponeses têm de se livrar dos governos burgueses, lutando por um governo próprio.

Em resumo, o Partido Operário Revolucionário defende neste congresso uma plataforma de reivindicações e de independência política diante dos governos burgueses:

XII Congresso dos estudantes da USP

Não se aprovou um programa de resposta à crise na universidade Prevaleceu o apoio à política da chamada terceira via eleitoral

O XII Congresso de Estudantes da USP contou com 248 delegados, na grande maioria militantes e simpatizantes das correntes políticas que dirigem o DCE (MES e RUA (PSol) e PSTU). Poucos independentes e militantes da oposição elegeram delegados. O método de eleição por urna, ao invés das assembleias, favoreceu o controle pelos centros acadêmicos, que são dirigidos pelas mesmas correntes que compõem a direção do DCE.

O Congresso foi organizado principalmente para tirar resoluções de apoio à constituição do chamado “terceiro campo”, via eleitoral de saída para a crise política, para se posicionar quanto à proposta do PSTU de desfiliação do DCE da UNE e para votar a proposta de proporcionalidade na composição da direção da entidade. Várias propostas de resoluções que dizem respeito diretamente aos rumos do movimento estudantil foram adiadas, sob a forma de “acúmulo” de discussão.

Assim o Congresso não serviu para armar politicamente o movimento estudantil para enfrentar os ataques de precarização e privatização da universidade e a necessidade de se colocar sob uma política proletária para responder à crise política e econômica que afeta o país.

Resolução sobre conjuntura Nacional

A plenária final iniciou com a defesa de duas resoluções sobre a conjuntura nacional. Uma do PT - contra o impeachment e de defesa velada do governo - e outra do bloco PSol, PSTU, MRT/LER-QI, MNN em defesa de um “polo de luta”. Embora o texto não deixasse claro o que era esse tal “polo”, a defesa da proposta expôs seu conteúdo eleitoral do “terceiro campo”. O POR se absteve. Pronunciou-se terminantemente contra a via eleitoral como solução para a crise política e econômica. A juventude tem como tarefa se

Derrotar o ajuste fiscal, reverter os cortes com a ação direta e em unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade;

Defender os empregos, os salários, a previdência e os direitos sociais contra a política de austeridade dos governos e dos capitalistas;

Expropriação das terras dos latifundiários e coletivização das terras utilizadas pelo agronegócio;

Expropriação das multinacionais e corporações que parasitam as riquezas nacionais do campo, nacionalização de todas as terras na mão do capital internacional;

Proteção aos pequenos e médios agricultores (terra, financiamento a baixo custo, condições de produção e de vendas, proteção previdenciária, saúde e escolas no campo);

Terra aos camponeses e recursos do governo para trabalhar a terra;

Defender a revolução proletária, a constituição do governo operário e camponês como solução à crise capitalista.

Viva o 1º Congresso do Movimento dos Pequenos Agricultores!

unificar com os demais movimentos sociais em defesa dos empregos, salários e direitos, adotando o método das ocupações e bloqueios das grandes avenidas. Essas bandeiras se materializam na defesa de emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital de R\$ 4.600,00, com escala móvel de reajuste e derrubada do ajuste fiscal do governo. Trata-se de lutar contra a flexibilização capitalista do trabalho e defender a flexibilização operária do trabalho (redução da jornada sem reduzir os salários. A estratégia a ser defendida junto aos trabalhadores e à juventude é a do governo operário e camponês, constituído pelo levante revolucionário da maioria oprimida. Somente um governo operário e camponês é capaz de efetivamente garantir a defesa da vida das massas.

Opressões

O POR apresentou uma resolução sobre opressões. No entanto, a redação não foi incluída na sistematização. Na plenária final, a mesa reconheceu que a proposta fora encaminhada e passou a lê-la para o conhecimento geral do plenário. Eis a resolução:

“Em defesa das reivindicações que unem a luta contra as opressões à luta pela revolução proletária e o socialismo. Contra as teses de que com educação e coação é possível reduzir as opressões à margem do aprofundamento da opressão de classe, que cresce com a desintegração do capitalismo e só faz aumentar a violência contra a mulher, o negro e os LGBT’s”.

Coube ao MRT/LER-QI se colocar contra a resolução do POR. O seu principal argumento foi o de que por meio da educação e medidas culturais a opressão será superada. Os centristas e reformistas não admitem o fundamento marxista de que somente a revolução proletária abrirá caminho para a solução das opressões. Não aceitam a formulação do POR de

que as reivindicações particulares contrárias à opressão e discriminação devem projetar a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não é por acaso que um grupo esboçou risos no momento em que o POR frisou a importância decisiva da revolução social. As discussões evidenciaram os desvios da política pequeno-burguesa quanto às opressões. Ocorre que consideram a opressão sobre as mulheres, negros, etc. como um fenômeno paralelo e específico ao lado da exploração e opressão de classe. Entendemos que todas as chagas do capitalismo têm suas raízes e estão condicionadas pelas relações capitalistas de produção. Esse é o ponto de partida do programa proletário para a luta contra as opressões.

Resolução sobre Universidade

Auditoria pública X apuração independente das contas

O POR apresentou a seguinte resolução para a crise financeira da USP, em oposição à “auditoria pública”:

“Apurar de forma independente as contas da universidade, por meio de uma assembleia geral universitária (dos três setores), que elabore um orçamento que atenda às reivindicações, seja garantido integralmente pelo Estado pondo fim a toda privatização, e colocado em prática por um governo tripartite, de estudantes, funcionários e professores, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Pela real democracia e autonomia universitárias!”

O PSOL defendeu contra essa proposta em favor de uma auditoria pública, exigindo da reitoria que abra as contas da universidade. O POR se contrapôs argumentando que a reitoria é corrupta, é um canal por onde passa a política privatista do Estado. É ingenuidade acreditar que a reitoria prontamente abriria suas contas. O movimento dos três setores deve se organizar para destruir o reitorado, erguer o governo tripartite e elaborar um orçamento que atenda integralmente as necessidades de quem estuda e trabalha, a ser garantido plenamente pelo Estado.

Resoluções sobre Movimento estudantil – alteração estatutária

Foram quatro votações nesse bloco: 1) alteração da maioria qualificada para a alteração do Estatuto; 2) direito de delegação da Amocrusp e do Núcleo de Consciência Negra; 3) Desfiliação da UNE e 4) proporcionalidade na gestão do DCE.

A maioria qualificada serve para anular a soberania do Congresso e conservar resoluções anteriores. Todas as correntes, exceto MES e RUA/PSol, defenderam a anulação da maioria qualificada de três quintos para as alterações estatutárias. A proposta passou por maioria simples, mas não atingiu o quórum restritivo.

O PSol a princípio se colocou contra o direito de delegação para a Amocrusp, sob a alegação de dupla representatividade. O POR e independentes reagiram, demonstrando a necessidade da organização dos moradores, que têm sido vanguarda nas principais mobilizações, ter o direito de decisão nos organismos do movimento estudantil. O PSol não conseguiu sustentar sua posição diante da pressão de sua própria base e a proposta foi aprovada, com o adendo de inclusão das demais organizações de moradia do interior e dos cursinhos populares na USP.

Desfiliação à UNE é derrotada

Colocaram-se favoráveis à desfiliação o PSTU, MRT/LER-QI, MNN e o Rizoma, sob o argumento de que a UNE é governista, está burocratizada e não organiza a luta. Do outro lado, estiveram o PSol, PT, PCB e o POR. Os reformistas e estatunistas defenderam a manutenção na UNE por ser a entidade que reúne dez mil estudantes, diferenciaram a entidade da sua direção, lembraram o papel histórico da UNE no período da ditadura militar, que deve ser preservado e retomado. Mas não se colocaram pela destruição da direção burocrática.

O POR interveio destacando que a UNE é a entidade que representa as massas estudantis. Renunciar a travar uma luta pela direção dessa juventude seria abandoná-la à sorte das direções governistas e traidoras. A ANEL não conseguiu se constituir enquanto uma entidade de oposição, nem mesmo convocou um Comando Nacional de Greve ao longo dos mais de 100 dias de greve das federais.

O plenário aprovou a manutenção da filiação à UNE. Disputamos então o conteúdo da resolução. Segue abaixo a nossa proposta:

“Lutar pela destruição da direção burocrática e governista da UNE. Construir uma fração de oposição revolucionária na UNE. Defender a unificação e centralização ao redor das reivindicações, ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos”.

O POR defendeu que se manter na UNE não significa se sujeitar à política burocrática e governista de sua direção majoritária, mas travar uma luta para derrotar essa direção, por meio da constituição de uma oposição revolucionária, que defenda junto a essa juventude as reivindicações mais sentidas: educação pública e gratuita a todos, plenas condições de estudo, emprego a todos. Aprovou-se a resolução do PSol, que não se colocou por destruir a atual direção da UNE.

Proporcionalidade é aprovada pela maioria, mas não ultrapassa quórum estatutário

De um lado estiveram o MES e o Rizoma contra a proporcionalidade. De outro o RUA, PSTU, MRT/LER-QI, MNN e o POR. Foi apresentada uma resolução em defesa da proporcionalidade que dividia o DCE em “pastas” setoriais, assemelhando-se às divisões ministeriais no parlamento. O POR não foi favorável a esse conteúdo, que tem caráter burocrático de repartição da entidade entre as correntes. Nossa posição é pela proporcionalidade por expressar a democracia estudantil e a possibilidade de luta política pela direção e experiência das bases com todas as correntes. Dessa maneira, se garante que as posições de todos os estudantes que participaram do processo eleitoral sejam representadas proporcionalmente na direção do DCE e possam disputar sua direção. Nas gestões majoritárias, a direção eleita controla sozinha a organização e não tem fiscalização. Para vencer a disputa, formam-se alianças entre as correntes, que repartem a direção da entidade entre si. A proposta de proporcionalidade venceu a votação, com 55%, mas não alcançou o quórum restritivo de 3/5 dos delegados credenciados, assim não foi aprovada.

Calendário

A votação do calendário se resumiu à votação da incorporação dos estudantes à paralisação do dia 15 de outubro, convocada pelos funcionários, uma assembleia estudantil para o dia 20 e a

indicação de uma assembleia geral universitária para o dia 21.

Conclusão

O XII Congresso da USP não serviu para aprovar um programa proletário, que tivesse como tarefa central a luta pela real autonomia da universidade frente ao Estado e a burguesia. O que implicaria em se colocar terminantemente contra a casta burocrática que serve de correia de transmissão da política privatista. O reitorado precisa ser derrubado,

e em seu lugar erguido o governo tripartite, subordinado à assembleia geral universitária.

Ao invés disso, o movimento estudantil, embora sensível aos ataques da reitoria, foi conduzido por uma disputa aparelhista e uma política eleitoralista.

É preciso construir uma direção sobre a base do programa proletário, único caminho capaz de defender a universidade pública e colocá-la de fato ao lado dos explorados contra os exploradores, na luta pelo socialismo.

Considerações sobre o “4º Encontro de Negros e Negras do PSTU”

O jornal Opinião Socialista, de 23 de setembro, dedica duas páginas sobre o Encontro, compostas de notas curtas. Abre a sequência com “Derrotar o racismo é uma necessidade da classe trabalhadora”. Limita-se a indicar a importância historiográfica do “principal conflito de classe no período escravista entre senhores e escravizados.” A academia, ao que tudo indica, já admitiu a importância da resistência e das revoltas escravas, bem como reconheceu o heroísmo de seus grandes líderes. A forma e o conteúdo acadêmicos dessa nota nada contribuem para a luta contra a opressão racial no Brasil.

A nota ao lado “Imigração europeia e exclusão dos negros e negras” é dedicada a criticar a “ideologia da mestiçagem” e a “democracia racial”. A academia também está repleta de teses sobre as noções burguesas que procuraram ocultar o racismo. Via de regra, a crítica ideológica serviu e serve para os movimentos que apregoaram e apregoam as “ações afirmativas”, a “inclusão social” e “as reparações históricas” e as “cotas raciais”. O PSTU sempre foi complacente com essa impostura reformista e nunca tratou seriamente dessa questão. Está aí por que assimilou o conceito “pós-moderno” da “exclusão”, basta ver o título da nota. Colocar a imigração europeia como fator de “exclusão”, de “ideologia de mestiçagem” e de “democracia racial” é uma aberração acadêmica. Embaixo da nota “Derrotar o racismo é uma necessidade da classe trabalhadora” e ao lado da “Imigração europeia” vem quase como nota de pé de página a nota com a bandeira “Trabalhadores negros e negras de todo o mundo: uni-vos”. A referência à bandeira do Manifesto do Partido Comunista “Proletários de todos os países, uni-vos” é indevida e revela os desvios das posições do PSTU, que se apóia na noção e no modismo pequeno-burguês sobre as “opressões”.

A bandeira acima criada pelo Encontro dos negros e negras do PSTU está de acordo com a posição de que existem dois movimentos paralelos e interligados, que é de “raça e classe”. O mesmo se concebe para a questão a mulher: opressão de gênero e opressão de classe. Esse paralelismo, ainda que se diga que a luta contra o racismo é parte da luta contra o capitalismo, explica a bandeira paralela “Trabalhadores negros e negras de todo o mundo: uni-vos”. Mas o mais importante da nota de rodapé, composta de dois breves parágrafos, é a conclusão: “A revolução no Brasil será negra ou não será”. Na página seguinte, há uma nota longa, dedicada a contar uma história pessoal de “Liliane Santos, 37 anos, servente de construção civil (...) Negra, mãe de dois filhos ... A nota é daquele tipo de jornalismo que precisa contar um caso para comprovar as generalidades que se vêm expondo. Aí a nota pode ser longa, dispensa análise. Mas ao lado, aparece um personagem. Wilson H. Silva, que irá sintetizar o resultado do 4º Encontro: “Classista,

negro, socialista e internacional”. Se fosse um Encontro particular das mulheres, poderia ser “Classista, feminista, socialista e internacional”. Uma vez assentado o “classista, socialista e internacionalista”, pode-se acrescentar a opressão que for.

O corporativismo em matéria de opressões e o ecletismo em se tratando do socialismo abstrato parecem ser a moda reformista de nosso tempo, profundamente marcado pelo recuo do proletariado e projeção social da classe média. Silva diz que o principal “desafio” a ser enfrentado é o da “construção de um programa de raça e de classe”, no “dia a dia e nos diferentes setores”. O PSTU se diz marxista e se intitula “trotskista”. Mas o programa marxista é de classe, apóia-se no método a luta de classes, expressa as leis econômicas e sociais das transformações históricas, considera o proletariado como a única classe capaz de expropriar a burguesia, de impor transitoriamente a sua ditadura revolucionária e de encarnar a revolução socialista mundial, pela qual alcançará o comunismo. Jamais o marxismo se referiu a um programa de raça. Sempre o programa é proletário.

A destruição do capitalismo, desejada por Silva, será obra do proletariado e não de raça. Ao contrário do que supõem os centristas, reformistas e oportunistas, a opressão racial, bem como todo tipo de opressão, será extinta pela revolução proletária. O conteúdo e a concepção proletários da revolução socialista (revolução social) definem o programa marxista. Está aí por que a estratégia da ditadura do proletariado expressa não apenas a estratégia como também a concepção. Alguém poderá dizer que Silva se refere a reivindicações. No caso, não seria um programa de raça e classe. De qualquer forma, o PSTU concebe o movimento negro como específico e monta um paralelismo sob a forma de fusão eclética entre raça e classe (faz o mesmo com a opressão da mulher).

A opressão de raça não torna a raça oprimida em força revolucionária em si. Mas os oprimidos de uma raça são decisivos para a luta revolucionária do proletariado. No caso do Brasil e Estados Unidos, os negros constituem o caudal revolucionário do proletariado, portanto, a coluna vertebral da revolução proletária. Essa constatação, se correta, deve estar na base do programa. As reivindicações contra a opressão e discriminação raciais servem de ponto de partida para unificar as forças da classe operária e para avançar a luta de classes.

No próprio seio da classe operária, dada a concorrência pelos postos de trabalho e a penetração da ideologia burguesa, manifesta-se o racismo. A superação dessa nefasta diferenciação depende do proletariado como um todo (negros e brancos) colocar-se ao nível do programa e elevar sua consciência socialista. Essa tarefa

começa pela formação de sua vanguarda. Não é o que faz o PSTU com seu objetivo de formular um programa de “raça e classe”.

Silva informa que “foram debatidas as contribuições de Leon Trotsky”. Mas infelizmente recorre a formulações do SWP (Partido Socialista dos Trabalhadores), quando essa corrente se encontrava em situação de decomposição. Toma as considerações de Cannon, de 1959, que estabelece como política “uma aliança do povo negro e do movimento operário”. Aqui está a posição revisionista da questão racial por um militante que foi importante para a IV Internacional. E que o PSTU vai desenterrar. Traduzindo, James P. Cannon inventa uma aliança de raça (povo negro) e classe (movimento operário). O marxismo reconhece tão somente alianças de classes, por exemplo, do proletariado com o campesinato. Se Silva demonstrasse o que o 4º Encontro discutiu de Trotsky certamente ficaria evidente a distância entre o marxismo e o revisionismo sobre a questão racial.

O imperialismo impôs aos povos negros da África a opressão nacional e de classe. A III Internacional, em seu quarto Congresso aprovou as “Teses sobre a questão negra”, nas quais destaca a relação entre a luta contra o capitalismo e o imperialismo. A questão racial parte da opressão nacional e conclui com a opressão de classe, intimamente interligadas. Tanto é que a 4ª tese afirma que “o povo negro não é o único que sofre a opressão do capitalismo e do imperialismo” (...), e “que a luta contra o imperialismo não é a luta de um só povo, mas de todos os povos do mundo, que na China, Pérsia, Turquia, Egito e Marrocos os povos coloniais combatem com heroísmo contra seus exploradores imperialistas, que esses povos se sublevam contra os mesmos males que consomem os negros (opressão racial, intensa exploração industrial), que esses mesmos povos exigem os mesmos direitos que os negros: libertação e igualdade industrial e social.” Na 5ª tese, o quarto Congresso conclui: “que todos os comunistas devem aplicar especialmente ao problema negro as *teses sobre a questão colonial*.”

Trotsky se baseia inteiramente nestas teses para orientar a política e a ação da IV Internacional. Os levantes negros contra a burguesia e o governo brancos na África do Sul são tratados com a máxima atenção. Tratava-se de por em pé uma seção nesse país convulsionado, cuja vitória do proletariado e dos camponeses se projetaria sobre a África negra, a todo continente e ao mundo.

O dirigente da IV Internacional se dedica a apresentar considerações programáticas à seção sulafricana. Fez uma formulação que assombrou a vanguarda deste país. Eis: (...) a república sulafricana surgirá antes de tudo como uma república ‘negra’.” E imediatamente explica a questão racial: “é claro que isto não excluiu a total igualdade para os brancos ou as relações fraternais entre ambas as raças.” Como se vê, um país de negros, colonizado pela burguesia branca, que lhe impôs o regime do apartheid, tinha e ainda tem a tarefa democrática de eliminar a dominação e a opressão racial, derrubando o poder da burguesia branca.

Trotsky evidencia com absoluta clareza a relação entre raça e classe: “Dado que uma revolução vitoriosa modificará radicalmente não somente a relação entre as classes, mas também a relação entre as raças, e garantirá aos negros o lugar que lhes corresponde no Estado de acordo com o seu número, a revolução *social* terá na África do Sul também um caráter *nacional*.”

Hoje, constatamos que a burguesia branca teve de admitir o desmonte do regime da apartheid e ceder à formação de um governo negro, sendo essas as condições para evitar a revolução social e a solução da opressão nacional. Está aí por que as massas negras con-

tinuam exploradas e oprimidas racialmente. A experiência e a evolução do país demonstram que o proletariado tem a tarefa inconclusa de formar o partido revolucionário, iniciando pela elaboração do programa. A orientação estratégica da IV Internacional, nesse sentido, mantém toda sua vigência. Em uma carta (Aproximar os proletários das raças “de cor”), de 1932, Trotsky assim formula a orientação programática: “O programa da revolução permanente, baseado na irrefutável experiência histórica de uma quantidade de países, pode e deve assumir uma importância fundamental para o movimento de libertação do proletariado negro”.

E no Brasil? Está colocada a bandeira de “república negra”? A opressão sobre os negros brasileiros é de raça? A tarefa da revolução social é colocar a raça negra no poder? O ponto de partida está em reconhecer que a única questão nacional interna é a das nações indígenas. Aplica-se o direito de autodeterminação. Mas dada a situação histórica, somente a revolução proletária dará solução a esse conflito nacional. Os colonizadores dizimaram as mais diversas etnias índias, de forma que seu peso nacional e racial aparece diminuído diante de países como Bolívia, Equador, Perú, etc.

A massa negra escrava, por sua vez, veio de fora para dentro. Foi arrancada da África e trazida para a colônia portuguesa. Essa evidência pouca importância tem se permanecer em si mesma. Mas se percorrermos o processo histórico de formação do Brasil como nação, chegaremos à conclusão de que as massas negras passaram pelo processo de assimilação como escravos e posteriormente como força de trabalho livre (assalariados, camponeses, artesãos). Nesse mesmo percurso, formou-se uma massa de trabalhadores brancos, para isso contribuiu a imigração.

A origem do proletariado brasileiro assenta na população negra, mas seu desenvolvimento se dá pela composição com os trabalhadores brancos. As massas negras e brancas formam a maioria nacional oprimida. As discriminações raciais que se perpetuaram desde a escravidão expressam a condição de a população negra ser majoritariamente proletária e camponesa. Tem crescido a camada de classe média negra, mas continua minoritária. É de onde partem as reivindicações e movimentos de integração dos negros na ordem capitalista (inclusão social, etc.). Observa-se, portanto, que a opressão racial aos negros arrancados de seus países se fundiu com a opressão de classe. Sem dúvida, a revolução social depende de o proletariado marchar como um só exército de explorados negros e brancos. As reivindicações das massas negras contra toda e qualquer discriminação racial devem ser levantadas pelo movimento operário. São parte indissolúvel do programa proletário.

Se se entende o programa como a revelação das leis históricas que conduzem à revolução social, não tem o menor sentido a afirmação de que é preciso constituir um “programa de raça e classe”. Há que se constituir o programa de classe, proletário, socialista, que responderá às tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia, entre elas extirpar as raízes da opressão racial transposta pela colonização e consolidada posteriormente pelo imperialismo.

O 4º Encontro de Negros e Negras não foi preparado e fundamentado nas posições marxistas sobre a opressão nacional e racial. A explicação está em que o PSTU não tem um programa, não é um partido constituído sobre bases programáticas. Por não ter o programa, permitiu que o Encontro seu 4º Encontro “racial” levantasse a bandeira sobre a revolução negra no Brasil, isso sem dizer uma palavra sobre a revolução proletária e sua estratégia de poder.

A falência dos municípios não se resolverá com um novo pacto federativo

O Prefeito de Mossoró, presidente da Associação dos Prefeitos do Brasil, Francisco José Jr (PSD), afirmou em entrevista ao Jornal Televisivo “RN TV”, a falência das municipalidades. De acordo com o Prefeito, as prefeituras do Brasil estão em falência devido à diminuição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e da queda dos royalties do petróleo (isto no caso de Mossoró). Além disso, o prefeito do PSD deu exemplo de que o governo federal repassa 30 centavos para a merenda escolar e 10 mil reais para o PSF (Programa Saúde da Família) quando se gasta na verdade 30 mil mensais.

Assim, Francisco José Jr/PSD concluiu com a necessidade de um novo pacto federativo. Ou seja, uma redistribuição dos impostos nacionais, de modo a garantir uma maior fatia para as municipalidades. A matéria televisiva continuava dando exemplo do Prefeito de Parelhas que diminuiu seus vencimentos (de 11.500 para 10 mil mensais) e dos cargos comissionados em 300 reais. De acordo com a matéria isso ocorreria em mais dois municípios do RN. Sabemos que há uma campanha pelo Estado de defesa de um salário mínimo para os vereadores.

A diminuição dos vencimentos do Prefeito de Parelhas e dos cargos comissionados é uma grosseira demagogia dos políticos burgueses do interior do RN. Não se compara a diminuição de 1500 reais de quem ganha uma soma bastante considerável diante de grande parte dos trabalhadores do interior do Estado que nem sequer chegam a receber o salário mínimo (R\$788,00). Nem mesmo a diminuição em 300 reais dos cargos comissionados consiste em um ato progressista. O POR defende que em todas as funções do Estado ninguém receba mais que o salário médio despendido com os trabalhadores no país. O que vale para os políticos, juizes e funcionários em geral. Mas para isso a classe operária tem de tomar o poder do Estado e varrer toda sua estrutura voltada a administrar os interesses da burguesia. Sem essa transformação, a função dos governantes, legisladores, judiciários e da alta burocracia é a de fazer da política e da administração uma fonte de grandes ganhos. Via de regra, esses parasitas se enriquecem com a corrupção.

O que mais interessa aqui é a proposta do prefeito de Mossoró. Um novo pacto federativo não iria resolver o problema das municipalidades. Redistribuir os impostos nacionais não resolverá o problema principal que é do baixo desenvolvimento econômico do estado e de todo o Nordeste, que se reflete em distintas situações dos municípios. Um novo pacto federativo, caso ocorresse, manteria as prefeituras dependentes da União, que por sua vez carrega um endividamento público, cuja carga de juros daria para impulsionar em muito a economia do Nordeste. A dependência dos estados da federação em relação à União resulta em que todo o País tem de arcar com o parasitismo financeiro e com o saque imperialista. Observa-se, portanto, que a situação do brutal atraso econômico e social da maioria de nossos municípios diz respeito ao desenvolvimento e a unidade nacional do Brasil. Está aí por que a distância da situação dos municípios do RN em relação aos do Sul e Sudeste é assombrosa. O grau de dependência de nossos municípios de raquítico desenvolvimento econômico da distribuição de impostos repassados pelo governo federal é como do pedinte. A centralização burocrática

dos municípios pelo poder central se manterá enquanto a classe operária não se organizar e amadurecer para a revolução social.

Vemos que nem todos têm os mesmos problemas de caixa. As prefeituras aliadas do governo federal têm alguma disponibilidade e facilidade na liberação do FPM. Em todo caso, em tempos de crise econômica, como é o atual, o problema ainda se manteria caso houvesse um novo pacto federativo ao tentar distribuir o pouco que se arrecada com um maior número de cidades. A solução não é essa. Um novo pacto federativo encontra-se dentro das saídas da burguesia, demonstrando a sua total falência política de resolver o problema da crise econômica.

O que resolveria o problema é o desenvolvimento harmônico das cidades como produto do desenvolvimento geral do País e dos estados. Os municípios somente poderiam alcançar alguma autonomia nestas condições e deixar de depender do FPM. Industrializar as cidades, elevar a cultura da população, enfim dar condições de desenvolvimento das forças produtivas nos municípios. Basta se colocar essa tese para se chegar a uma particularidade do RN e de todo o Nordeste na cadeia do desenvolvimento desigual e combinado do Brasil, país que não superou sua condição de semicolonial apesar do grande desenvolvimento do Sudeste e Sul. A particularidade de manter a estrutura agrária baseada no velho latifúndio e na pequena propriedade camponesas de pouco inserção no mercado (importante parcela é de subsistência).

Os municípios continuam comandados pelas oligarquias, que praticam a política burguesa mais retrógrada. A burguesia, assim, mantém os trabalhadores dependentes das prefeituras e sobre eles exerce a dominação oligárquica. Nos municípios, ser a favor ou contra o prefeito pode significar ter dificuldades ou não. A burguesia brasileira industrial concentrada no Sudeste e Sul não é capaz de romper essa cadeia do passado colonial e semicolonial do Brasil. Aliada da burguesia imperialista, aceita a sua dominação constituindo-se em sócia menor, subalterna, na exploração. O que lhe impossibilita de completar a unidade nacional, a erradicar os latifúndios e abrir caminho para um amplo desenvolvimento das forças produtivas nas regiões atrasadas.

A discussão da falência dos municípios tem a virtude de trazer à tona os grandes problemas nacionais do País. Colocando-os abertamente sem as falsificações dos representantes da burguesia e da oligarquia se chega à conclusão de que a classe operária tem pela frente gigantescas tarefas democráticas que o capitalismo atrasado não cumpriu e que a burguesia não mais terá como cumprir. Está mais do que claro que a dominação oligárquica típica do Nordeste tem de ser destruída. A eliminação dessa trava é fundamental para o livre desenvolvimento da imensa região. Assim, os municípios se veriam livres do poder das oligarquias locais. Mas para isso a burguesia tem de ser derrubada e a grande propriedade privada transformada em propriedade social. Mas burguesia só sairá do poder através de uma Revolução Proletária, que institua a ditadura do proletariado, o exercício do poder político pelos explorados contra a burguesia, o governo operário e camponês. É com esse programa que o POR responde aos grandes problemas do Nordeste e em particular de nosso estado.

Nesta edição:

- Síria: avançam as tendências bélicas
- Barbárie norte-americana no Afeganistão
- Chile: A Crise Mundial e a Região de Araucânia
- Aproximar-nos dos proletários das raças “de cor”!

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Síria: avançam as tendências bélicas

No dia 29 de setembro, o governo russo informou que iria intervir na guerra civil da Síria a pedido do governo de Assad. No dia 30, o Conselho da Federação (senado) russo aprovou a utilização da Força Área. No mesmo dia, começaram os bombardeios sobre as posições do Estado Islâmico (EI) e da oposição síria. Putin se assegurou assim de uma cobertura legal. O problema para a burguesia imperialista está em que o intervencionismo russo comparece como obstáculo ao seu objetivo de derrocar Assad e impor um governo títere. Enfraquece a capacidade da oposição financiada e treinada pelos Estados Unidos e por seus serviços (Israel, Arábia Saudita e Turquia). Eis por que a burguesia imperialista se centra agora em acusar a Rússia de não bombardear ao EI e sim a oposição.

A campanha da imprensa visa a criar uma ação internacional para isolar o governo russo. Mas não demoveram a China, Irã, Iraque e Hezbollah de apoiar a movimentação russa. A formação de um comando conjunto da Rússia com o Irã e Iraque, a decisão do governo chinês de deslocar à costa da Síria um navio de guerra, as reuniões do governo russo com os da Turquia e de Israel, o impasse da guerra civil no Iêmen e o descontentamento das massas árabes com o imperialismo e seus governos servis favoreceram a manobra russa.

A extrema fraqueza das posições de Assad obrigou a Rússia a agir em face da possibilidade da derrubada de seu aliado e da perda de suas posições estratégicas no país e na região. Porém, tudo indica que a intervenção militar russa vinha sendo planejada há meses. De fato, forças navais e militares russas já haviam sido deslocadas para o porto sírio de Tartus, onde está sediada a única base naval do país no Mediterrâneo. Faltava apenas preparar as condições políticas e diplomáticas.

Trata-se da primeira intervenção da Rússia fora de suas fronteiras desde a guerra em Geórgia (2008). De forma que era necessário apresentar perante as massas russas, golpeadas pela crise econômica, o cenário de uma intervenção que se ajustava à defesa de uma nação soberana e ao direito internacional. O intervencionismo imperialista na Ucrânia e resposta de Putin ajudaram a consolidar a unidade política das forças internas da Rússia.

Fatores externos também favoreceram nesse sentido. As perdas econômicas que o embargo econômico à Rússia trou-



xe à economia europeia, a profunda crise social, assim como as crescentes dissensões políticas internas, enfraqueceram a capacidade da burguesia europeia de concentrar esforços em impedir a decisão russa. Por outro lado, a falência da Ucrânia, sua incapacidade de manter a gastança da guerra civil, o aprofundamento das contradições internas à aliança de governo e a perda de base social entre as massas impuseram o impasse e a situação caminha no sentido de consolidar a divisão da Ucrânia.

Favoreceram também à Rússia as contradições internas dos governos subservientes no Oriente Médio. A Turquia acha-se envolvida em guerra civil contra os curdos. Está difícil cumprir seus planos de invadir a Síria e ajudar a criar um espaço aéreo para atacar o exército de Assad. Por outro lado, esperava-se que os curdos, sob a proteção do imperialismo e da Turquia, avançassem no território sírio.

É nesse marco que os bombardeios da coalizão liderada pelos Estados Unidos e agora os da França e Inglaterra pretendiam ajudar a deslocar parte do exército e a milícia curda em prol desse objetivo. A virada do governo turco contra os curdos, porém, dificultou esse plano. Conforme se pode observar a partir das informações, nestas condições, o EI avançou e se fortaleceu. A Arábia Saudita se acha comprometida militar e financeiramente no conflito do Iêmen. Israel continua voltado contra os palestinos.

De conjunto, esses fatores permitiram a Putin intervir na crise da Síria e concentrar esforços no Oriente Médio. Certa-

mente, o fator mais importante nesse processo são as dificuldades por que atravessam os Estados Unidos: agravamento das contradições econômicas e sociais, aumento das dissensões políticas e gigantescos gastos com as guerras. O que não significa que o imperialismo e seus serviçais tenham abandonado seus planos de intervenção militar para esmagar a jihad e acabar com Assad. Nos últimos dias, Arábia Saudita e Turquia alertaram à Rússia de que irão armar mais decididamente as milícias que estão às suas ordens. Há alguns dias o jornal "The Washington Post" informou que as milícias da oposição pediram ao governo Obama que lhes fornecesse "recursos de defesa antiaérea".

Obama se viu obrigado a criticar a Rússia por ter atacado indiscriminadamente a oposição. O fundamental para o imperialismo, porém, é que cheguem a um acordo que conclua com o esmagamento da jihad e com a saída de Assad. O destino da sublevação armada liderada pelo EI, portanto, está vinculado ao destino de Assad. Segundo Obama, trata-se de "reconhecer que não pode haver, depois de tanto derramamento de sangue (...) uma volta ao status quo anterior à guerra". Assad se tornou um brinquedo nas mãos das potências.

O intervencionismo russo não pretende reunificar os sírios e preservar a integridade do território nacional. Usa a crise no Oriente Médio para negociar os termos da ofensiva norte-americana contra o nacionalismo russo que se recompôs sob novas bases com a desintegração da União Soviética e com o processo de restauração capitalista. É visível a ligação entre a decisão da Rússia de intervir na Síria e os acontecimentos na Ucrânia.

Há correntes de esquerda que saudaram a ação russa contra o EI e demais milícias opositoras como sendo progressiva sob a alegação de constituir um freio ao imperialismo. Outras se colocaram no campo da neutralidade. De nossa parte, afirmamos claramente que a intervenção russa constitui violação da autodeterminação da nação oprimida. A via para superar a guerra civil e reconstituir a unidade da nação síria está condicionada a que o próprio povo sírio expulse os interventores e tome em suas próprias mãos o destino de Assad e da nação. Evidentemente, a aliança em torno do objetivo de trucidar o EI é reacionária. Está de acordo com a estratégia do imperialismo de esmagar a rebelião das nações oprimidas. Sem dúvida, a burocracia estatal grão-russa e as frações da oligarquia burguesa que lhe servem perseguem com seus próprios métodos determinados interesses que emergem do processo de restauração capitalista.

É imprescindível ter em conta que os oprimidos do Oriente Médio estão submetidos à disputa pela posse de



seus territórios e recursos que se realiza por cima de suas fronteiras nacionais e com métodos imperialistas. Sofrem e pagam com sangue a opressão nacional e de classe por se acharem órfãos de uma direção revolucionária. Salta à luz do dia o caráter contrarrevolucionário do estalinismo que preparou a maior derrota mundial do proletariado. O que se expressa agora no brutal retrocesso político do proletariado mundial e do Oriente Médio.

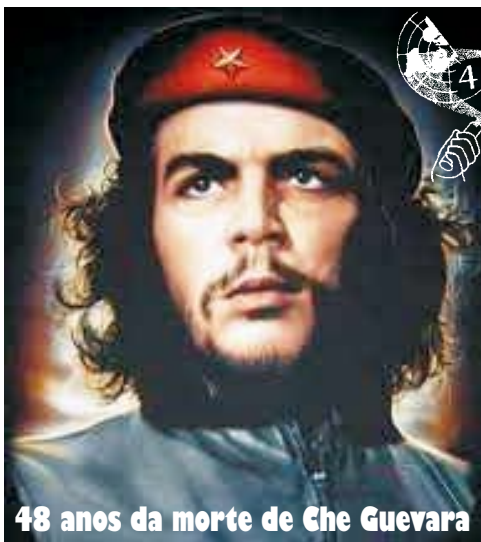
A contradição fundamental a ser superada pela vanguarda mundial e regional, que se está forjando sob os golpes da crise capitalista e sob o impulso da rebelião das nações oprimidas é a de reunir todos os esforços para constituir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas no seio das massas oprimidas e dos levantes nacionais. Eis por que uma derrota imposta pelas massas oprimidas armadas contra o intervencionismo russo e imperialista na Síria e em toda a região, ou

contra quaisquer de seus subservientes nacionais, sem dúvida ajudará os oprimidos do país a avançar um passo decisivo no caminho da autodeterminação nacional. E constituirá um poderoso impulso à luta de classes das massas árabes contra o imperialismo em todo Oriente Médio.

Nas condições de conquista de posições na luta de classes e de avanço da luta pela libertação das nações oprimidas será colocada perante o proletariado e demais oprimidos a necessidade de romper com as fronteiras e os estreitos interesses nacionais e se projetar pela via união federativa dos povos e etnias na base da propriedade social dos meios de produção, condição essa que se resume no programa de integração econômica de todo o Oriente Médio em uma união de repúblicas socialistas.

Pela derrota do imperialismo na Síria! Fora o intervencionismo reacionário da Rússia! Pela autodeterminação da nação oprimida! Que o povo sírio resolva o destino de Assad e do País!

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Che Guevara e Nós (Foquismo e Guerrilhas)

Guillermo Lora

Partido
Operário
Revolucionário



MASSAS

Barbárie norte-americana no Afeganistão

Fora a intervenção imperialista!

Um bombardeio realizado pelas forças norte-americanas no Afeganistão, em combate contra as milícias do Taleban, destruiu um hospital da organização Médicos sem Fronteiras, matando 22 pessoas e ferindo dezenas.

O presidente Obama se desculpou pelo que caracterizou de “erro de comando”. A organização atacada taxou o bombardeio de “crime de guerra”. É evidente que jamais o imperialismo norte-americano será julgado pelos seus próprios tribunais pelos seus crimes de guerra, que são milhares.

O fato é que existe uma ofensiva militar ianque no Afeganistão contra o Taleban. A destruição do hospital é um efeito dessa ofensiva, que procura destruir a organização muçulmana radical para efetivar um governo títere do imperialismo no país.

Essa ofensiva militar de bombardeios massacra parte da população do país, à margem dos relatos da imprensa internacional. O ataque “falho” a um hospital de uma organização premiada pelos organismos do imperialismo expôs mundialmente o conjunto da reacionária operação militar no país.

Chile

A Crise Mundial e a Região de Araucânia

A crise do sistema capitalista aprofunda no mundo a destruição maciça de forças produtivas. A atual crise começou em 2008 nos Estados Unidos com o estouro da bolha imobiliária e arrastou a Europa. Os seus efeitos repercutiram também nos países de menor desenvolvimento industrial, em especial na Grécia que tem como fonte principal de recursos o turismo. Hoje a Grécia está pagando os custos do semicolonialismo e atraso com o fechamento das contas bancárias de poupança da pequena-burguesia, baixa renda das pensões e salários, aumento da idade de aposentadoria, fome, miséria, etc.

Muitos “economistas progressistas” elogiavam as políticas econômicas dos BRIC’s, ou seja, dos países de pouco desenvolvimento industrial nos quais existia algum espaço que lhes permitia um pouco de crescimento. Hoje estes países, como o Brasil e a China, se encontram em uma crise tão profunda que é irreversível a sua recomposição ao nível alcançado nessa época de “glória” aclamada pela burguesia mundial.

A crise aprofundará a barbárie que o capitalismo imperialista impõe através de ataques cruéis e covardes, com armas de grande poder destrutivo com as quais atacam civis indefesos, estes que fogem por longas distâncias buscando salvar suas vidas em países europeus; originadas por imigrações forçadas, eles provêm de países atacados como Síria, Iraque, Afeganistão, Líbano, Líbia, etc. São milhares de árabes e africanos que procuram salvar suas vidas ameaçadas pelas armas, pela fome e pela miséria permanente. Os invasores não se deterão até que se apropriem do petróleo e de todas as riquezas naturais do Oriente Médio e África.

Em 6 de Julho deste ano, a mídia divulgou o chamado colapso do mercado de ações da China, com uma queda de 30%, considerada a maior em 20 anos, o que evidencia a estagnação da produção e o frágil crescimento experimentado em anos an-

O imperialismo procura estabelecer o controle sobre o Afeganistão desde 2001, após o ataque de 11 de setembro. O Taleban foi aliado dos EUA para combater a ocupação do país pelos russos na década de 1980. Mas hoje é seu alvo militar, por expressar o nacionalismo burguês que procura manter seu controle sobre as riquezas naturais do país. As milícias do Taleban expressam a nação oprimida contra a nação opressora.

Cabe a defesa da autodeterminação do Afeganistão e da expulsão das tropas ianques do país.

O proletariado e a maioria oprimida afegã carecem de independência política, e somente eles poderão realizar a tarefa de conquistar a soberania nacional. Terão de superar as direções nacionalistas que ora se colocam ao lado do imperialismo, ora estão sob seu alvo. Terão de por em pé seu partido revolucionário, seção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Pela autodeterminação do Afeganistão e demais países da região!

Fora o imperialismo e suas forças de coalizão!

teriores, a uma média de 10% ao ano, foi de curto alcance e baixa resistência às regras imperialistas do capitalismo mundial.

No Chile, a crise se expressa através do desemprego, baixos salários, aumento significativo dos produtos de primeira necessidade, rendimentos miseráveis dos aposentados e pensionistas, ausência total de acesso ao sistema de saúde para os idosos (morrem 3 por dia por falta de medicamentos e médicos). 750 mil jovens não estudam nem trabalham. Foram abandonados pelo Estado. Não se resolve absolutamente nada sobre as reivindicações dos Mapuche, que exigem suas terras há séculos. Continuam sendo atacados pela força militar em seu próprio território. Esses acontecimentos mostram uma situação difícil, para os quais os governos da burguesia não têm solução. Seus programas se limitam a seguir as orientações ditadas pelo imperialismo.

O governo procura enfrentar o atual problema da Araucânia mandando mais forças especiais de carabineiros, que se chocam com as reivindicações do povo Mapuche. A política do proletariado, ao contrário, responde com a defesa da expropriação sem indenização dos usurpadores e a devolução das terras aos nativos e legítimos donos das Comunidades Mapuche, com autonomia e autodeterminação.

O único governo disposto a resolver este histórico problema é o governo operário e camponês, que exercerá a ditadura do proletariado e que cumprirá o programa da resolução das tarefas democrático-burguesas não cumpridas, de expropriação dos latifúndios sem indenização, e, em especial, os latifúndios criados a sangue e fogo pelos capitalistas - suíços, alemães e italianos -, com a cumplicidade com o governo da época e seu exército.

De: “Lucha Obrera” nº 17, agosto/setembro de 2015, Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário no Chile.

Dando sequência à publicação de textos de Leon Trotsky, escritos no exílio e dedicados a construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, traduzimos a carta “Aproximar-nos dos proletários das raças de “cor”!”, dirigida ao Secretariado Internacional. A particularidade desse artigo não está apenas no fato de tratar do problema da organização dos operários negros, mas no alerta que faz à direção da Oposição de Esquerda (bolchevique leninista) para prestar a máxima atenção ao pedido de um grupo de militantes negros da África do Sul de se vincular ao movimento revolucionário internacionalista. Pelo visto, Trotsky não confiou que o Secretariado Internacional tenha compreendido o significado dessa aproximação. A referência que faz à diferença de conduta que se deve ter diante de intelectuais que já passaram por várias organizações e diante de um grupo de operários é sintomática. Os operários das nações oprimidas e de “raças de cor” constituem as camadas do proletariado mundial sobre as quais se levantarão a revolução e as grandes transformações. No Brasil, a classe operária se originou a partir dos escravos negros. A população oprimida, em grande medida, é negra. O partido terá de penetrar profundamente com o programa da revolução social nas massas negras do proletariado.

Aproximar-nos dos proletários das raças “de cor”! (1) **13 de junho de 1932 – Leon Trotsky**

Ao Secretariado Internacional (cópia ao Comitê Nacional da Liga norte-americana)

Recebi uma cópia da carta datada de 26 de abril de 1932, enviada por uma organização de camaradas negros de Johannesburgo. Parece-me que essa carta é muito importante e sintomática. A Oposição de Esquerda (bolcheviques leninistas) pode e deve se tornar uma bandeira dos setores mais oprimidos do proletariado mundial, e, portanto, em primeiro lugar, dos trabalhadores negros. Como fundamento esta proposta?

A Oposição de Esquerda é, na atualidade, a tendência mais coerente e revolucionária do mundo. Sua atitude severamente crítica diante de todas as variantes de arrogância burocrática dentro do movimento operário lhe permite escutar com atenção especial a voz dos setores mais oprimidos do movimento operário e do conjunto dos trabalhadores.

A Oposição de Esquerda recebe os golpes do aparato estalinista e de todos os governos burgueses do mundo. Este fato, apesar das calúnias, penetra gradualmente na consciência das massas, desperta, cada vez em maior medida, as calorosas simpatias dos setores mais oprimidos da classe operária internacional perante a Oposição de Esquerda. Desta perspectiva, a carta que os camaradas sul-africanos nos enviaram não me parece acidental, mas profundamente sintomática.

Em sua carta, com 20 assinaturas, os camaradas sul-africanos expressam um particular interesse aos problemas da revolução chinesa. É preciso reconhecer que este interesse está plenamente justificado. As massas trabalhadoras dos povos oprimidos, que têm de lutar por elementares direitos nacionais e por sua dignidade humana, são justamente aqueles que correm maior risco de sofrer as consequências das confusas posições da burocracia estalinista sobre o tema da “ditadura democrática” (2). Sob esta falsa bandeira, a política do Kuomintang, isto é, do vil engano e do esmagamento impune das massas trabalhadoras por sua própria burguesia “nacional”, ainda pode causar um enorme dano à causa da libertação dos trabalhadores. O programa da revolução permanente, baseado na irrefutável experiência histórica de uma porção de países, pode e deve assumir uma importância fundamental para o movimento de libertação do proletariado negro.

Os camaradas de Johannesburgo podem não ter tido ainda a oportunidade de se inteirarem mais a fundo das posições da Oposição de Esquerda sobre problemas mais importantes. Mas isto não pode ser um obstáculo para nos aproximar deles o máximo possível, agora mesmo, e assim ajudá-los, fraternalmente, a irem adotando nosso programa e nossas táticas.

Se dez intelectuais de Paris, Berlim ou Nova York, que já passaram por várias organizações, nos colocassem que querem se ligar a nossa organização, eu daria o seguinte conselho: va-

mos submetê-los a uma série de exames sobre todas as questões programáticas, submetê-los à chuva e ao sol e, depois de um cuidadoso controle, aceitemos ao máximo um ou dois.

O assunto muda radicalmente se se trata de dez operários ligados às massas. Não é preciso explicar nossa atitude diferente diante de um grupo pequeno-burguês e de um grupo proletário. Mas se o grupo proletário atuasse em uma zona onde existem operários de distintas raças e, apesar disso, estivesse formado somente por operários da nacionalidade privilegiada, teria minhas suspeitas. Não serão talvez da aristocracia operária? Não estará infectado o grupo de preconceitos escravistas, ativos ou passivos?

Mas a situação é totalmente distinta quando se nos aproxima um grupo de trabalhadores negros. Neste caso estou disposto de antemão a dar por seguro que chegaremos a um acordo com eles, ainda que não seja evidente, porque os trabalhadores negros em virtude de toda sua situação, não podem degradar, oprimir e nem privar ninguém de seus direitos. Não procuram privilégios e não podem chegar à cúpula se não for pela via da revolução internacional.

Podemos e devemos encontrar o caminho para a consciência dos trabalhadores negros, chineses, indus, a todos os oprimidos neste oceano humano que constituem as raças cor, que são aquelas que terão a última palavra no desenvolvimento da humanidade.

.....
(1) *Aproximar-nos dos proletários das raças de “cor”! The Militant, 2 de julho de 1932. A carta de Johannesburgo que recebe Trotsky apareceu no número de 4 de junho, neste jornal. Estava endereçada à Liga Comunista da América do Norte e expressava a decisão dos assinantes de pedir a filiação à Oposição de Esquerda, de divulgar sua literatura, etc. O parágrafo seguinte explicativo de sua carta é especialmente importante: “Camaradas! Não se preocupem porque somos todos negros, nem pensem que intencionalmente nos recusamos a nos unir com os camaradas europeus. Não, não é assim. Recentemente, há dois meses, é que começamos a considerar a unificação com vocês. Ainda é difícil para um camarada negro organizar um operário europeu, esperamos que mais adiante os militantes brancos sigam a nossa direção. O problema racial dificulta a organização. Geralmente, até nos problemas tais como a organização revolucionária, os trabalhadores negros são considerados inferiores e os europeus, superiores. Até agora temos funcionado com o nome de Partido Comunista da África”.*

(2) *Ditadura democrática do proletariado e do campesinato: fórmula utilizada por Lênin antes de 1917 para definir o objetivo dos bolcheviques; depois da Revolução de Fevereiro, Lênin descartou essa perspectiva e reorientou os bolcheviques para a tomada do poder e a instauração de um estado operário, a “ditadura do proletariado”. Depois da morte de Lênin, os estalinistas ressuscitaram essa consigna e a utilizaram para justificar a colaboração de classes entre os operários e os capitalistas na China, o que levou à esmagadora derrota da revolução neste país, em 1925-1927.*

Extraído dos Escritos, Leon Trotsky, tomo III, 1932, vol. I